

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Preparadas de acordo com as Práticas Contábeis
adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições
autorizadas a funcionar pelo Bacen

30 de junho de 2024



Relatório do Auditor Independente.....	1
Relatório do Comitê de Auditoria.....	10
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.....	11
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	12
Relatório do Conselho Fiscal.....	13
Relatório da Administração.....	14
Balanco Patrimonial.....	20
Demonstração do Resultado.....	21
Demonstração do Resultado Abrangente.....	22
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	23
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).....	24
Demonstração do Valor Adicionado.....	25

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional.....	26
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.....	26
3. Principais Práticas Contábeis.....	26
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	30
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	30
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	31
7. Carteira de Crédito, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	35
8. Outros Ativos Financeiros.....	37
9. Ativos Fiscais.....	37
10. Investimentos.....	38
11. Outros Ativos.....	39
12. Imobilizado de Uso.....	39
13. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros.....	40
14. Dívida Subordinada.....	40
15. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.....	41
16. Outros Passivos.....	41
17. Patrimônio Líquido.....	42
18. Demonstração de Resultado.....	43
19. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	45
20. Transações entre Partes Relacionadas.....	45
21. Compromissos, Garantias e Outras Informações.....	46
22. Programa de Participação nos Lucros e Resultados.....	46
23. Gestão de Riscos e de Capital.....	46
24. Operações Ativas Vinculadas.....	49
25. Outras Informações.....	49
26. Outros Assuntos.....	50
27. Eventos Subsequentes.....	50

Banco Pine S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
30 de junho de 2024
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e do Banco e suas controladas em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

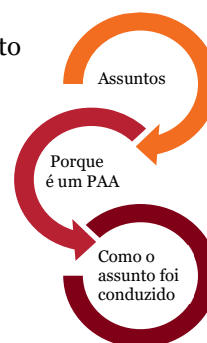
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pine S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado classificados em hierarquia nível 3

Conforme divulgado nas Notas 3(e), 3(y) e 6(a), o Banco mantém investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado, classificados na categoria disponível para venda, mensurados ao valor justo, classificados em hierarquia nível 3.

Esses títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida.

Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos testes de recálculo do valor justo desses títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas Notas 3(h) e 7(d), o Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco (*rating*) para cada operação, conforme previsto na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A definição de risco (*rating*) das operações considera julgamento por parte da administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de classificação dos níveis de risco, de monitoramento das garantias recebidas e da integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Efetuamos, também, em base amostral, testes documentais sobre a existência de garantias apresentadas, bem como sobre a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela administração para a determinação dos *ratings* e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Valor recuperável do crédito tributário

Conforme divulgado nas Notas 3(r) e 9, o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança do Banco, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração.

Comparamos determinadas premissas utilizadas nas projeções orçamentárias elaboradas pela administração com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação das premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e conseqüentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ativos não financeiros mantidos para venda

Conforme divulgado nas Notas 3(j) e 11(a), o Banco e suas controladas possuem ativos não financeiros mantidos para venda compostos, principalmente, por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, metodologia de cálculo, além de premissas estabelecidas pela administração.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, a análise da razoabilidade da metodologia e premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Contingências fiscais

Conforme divulgado nas Notas 3(q) e 15(b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes às suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e no entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos no semestre corrente.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação dos dados dos principais processos com os assessores jurídicos ,

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
e externos. As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.	incluindo sua avaliação da probabilidade de perda. Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de tecnologia da informação Devido a diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações. Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.	Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas. Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável. Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.



Banco Pine S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco e do Consolidado. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Banco Pine S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Banco Pine S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de agosto de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este órgão atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento, disponível no site eletrônico de Relações com Investidores (<https://ri.pine.com>), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para a execução da supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração e das áreas de negócios e suporte; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê estabeleceu canal eficiente de comunicação, por intermédio da Auditoria Interna e Secretaria de Governança, de modo que as solicitações de informações são atendidas pela administração e demais funcionários.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária, das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho de Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria. Atua de forma independente, adota metodologia própria em conformidade com as normas aplicáveis e melhores práticas da profissão. A metodologia utiliza uma abordagem baseada em riscos para priorização e determinação da frequência dos trabalhos. A Auditoria Interna provê o Conselho, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva, com avaliações independentes, imparciais e objetivas, da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, das práticas de governança e da aderência dos processos às normas regulamentares e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no semestre findo em 30 de junho de 2024:

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes atividades:

a) Auditoria Independente: O Comitê sempre que necessário realizou reuniões com a PricewaterhouseCoopers (PwC) para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras e relatórios financeiros, as recomendações incluídas nos relatórios de controles internos e os respectivos planos de ação desenvolvidos pela Administração. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine. Destaque nesse semestre, para o acompanhamento do andamento das adequações referentes à Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021.

b) Auditoria Interna: O Comitê em diversas reuniões interagiu com a Auditoria Interna de forma a monitorar a adequação da estrutura e funcionamento, discutir, aprovar e acompanhar a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

c) Demonstrações Financeiras: O Comitê em reuniões com a Contabilidade, Controladoria e a Diretoria repassou e acompanhou o processo de elaboração e discussão dos critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. Não foram identificadas divergências significativas pela Administração, pelos Auditores Independentes e pelo Comitê de Auditoria para o período em análise, que possam comprometer as informações apresentadas.

d) Administração de Riscos: O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com a diretoria de Compliance, PLD, Riscos e Segurança da Informação, responsável pela Gestão Integrada de Risco do Conglomerado Pine de forma a acompanhar os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos.

e) Canal de Denúncias: O Comitê de Auditoria monitora o funcionamento do Canal de Denúncias disponível no site eletrônico do Conglomerado Pine e acompanha, quando existentes, o tratamento dos casos com envolvimento da administração.

f) O Comitê realizou, ainda, reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento, apreciação e avaliação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, práticas de governança, atuação e comprometimento dos gestores.

g) O Comitê conta com a participação de um membro do Conselho de Administração que permite relatos sistemáticos das suas atividades neste órgão de administração. Adicionalmente, o presidente do Comitê esteve presente em reuniões do Conselho de Administração.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórios de acordo com os objetivos propostos, bem como o sistema de controles internos e os esforços que vêm sendo realizados para seu contínuo aprimoramento são adequados ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre findo em 30 de junho de 2024, assim como ao estudo de realização do crédito tributário desta mesma data, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração.

São Paulo, 8 de agosto de 2024.

Walkyria Aparecida Augusto – Presidente

Harumi Susana Ueta Waldeck – Membro qualificado

Sérgio Machado Zica de Castro – Membro representante do Conselho de Administração

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao período findo em 30 de junho de 2024, que incluem os balanços patrimoniais e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório do Comitê de Auditoria, Relatório do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Guilherme Vieira Neves
Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao período findo em 30 de junho de 2024, que incluem os balanços patrimoniais e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório do Comitê de Auditoria, Relatório do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com a opinião expressa no relatório de auditoria dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Guilherme Vieira Neves
Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Pine S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, que incluem os balanços patrimoniais e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa do valor adicionado e notas explicativas ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas"), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório do Comitê de Auditoria e com base nos exames efetuados, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer ressalva a ser feita em relação às citadas peças.

São Paulo, 9 de agosto de 2024.

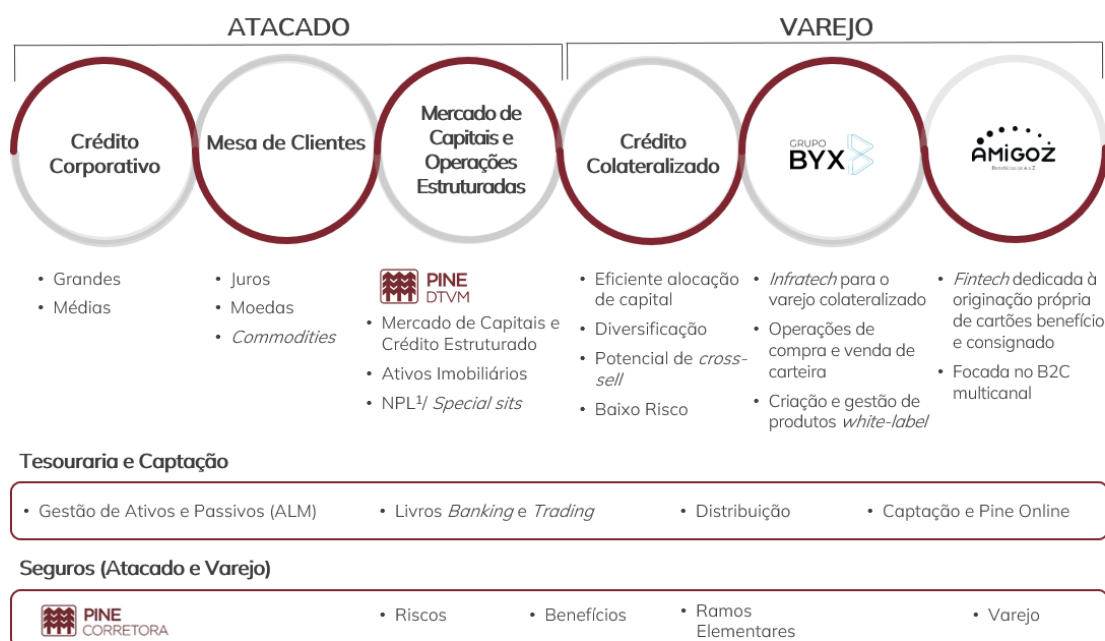
Membros do Conselho Fiscal

Jefferson Dias Miceli
Francisco Asclepio Barroso Aguiar
Wellinton Gesteira Souza

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. (Banco) relativas ao primeiro semestre de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte e sete anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco é ser ágil e ter competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo, sempre colocando os clientes no centro de tudo que faz.

O Banco se posiciona nas seguintes áreas de negócios focando em fornecer soluções financeiras completas por meio de uma ampla variedade de produtos e serviços.



1 – Non Performing Loans – Créditos inadimplentes



1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A atividade econômica doméstica apresentou moderado crescimento no primeiro semestre de 2024, mesmo após as enchentes no Rio Grande do Sul terem impactos bastante negativos na economia do Estado.

O indicador mensal de atividade do Banco Central (IBC-Br) registrou alta de 2,0% no ano até maio, sendo favorecido pela queda da taxa Selic ocorrida nos meses anteriores e pelo pagamento de precatórios no final do ano anterior.

De acordo com o IBGE, o maior crescimento entre os setores da economia foi a expansão de 4,8% do comércio varejista ampliado nos primeiros cinco meses do ano. Excluindo veículos e peças e materiais de construção, o crescimento do comércio restrito foi de 5,6% - puxado pelo crescimento de 7,2% de super e hipermercados e de 13,8% de artigos farmacêuticos e perfumaria. A produção industrial e o setor de serviços apresentaram respectivos crescimentos de 2,5% e 2,0%, na mesma base de comparação.

A dinâmica do setor agropecuário segue importante para a atividade econômica, mesmo levando em conta a redução da produção com relação ao ano passado. A estimativa de junho do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), divulgada pelo IBGE, aponta para 295,9 milhões de toneladas para a safra de grãos, cereais e leguminosas em 2024 – que representa recuo de -6,2% em relação a 2023. A expectativa de menor safra é atribuída em especial ao impacto dos eventos climáticos adversos que vêm acontecendo desde ano passado, como o excesso de chuvas na região Sul e a falta no Centro-Oeste.

A atividade econômica mais aquecida tem favorecido a arrecadação de tributos. A arrecadação federal no primeiro semestre somou R\$ 1,289 trilhão, de acordo com a Receita Federal. A alta real foi de 9,1% em relação ao primeiro semestre de 2023. O melhor desempenho arrecadatário do trimestre é explicado pela maior demanda nos setores do comércio e de serviços via contribuição do PIS/Pasep e a Cofins. Além disso, o IRRF de Rendimentos de Capital também contribuiu para a arrecadação, com alta real de 20,59% decorrente da tributação de fundos de investimento (Lei 14.754/2023).

A inflação IPCA registrou alta de 2,48% no primeiro semestre do ano e acumulou 4,23% nos doze meses encerrados em junho. Vale lembrar que a meta é de 3% com tolerância de 1,5 p.p. para cima ou para baixo. O conjunto de preços livres, que é mais impactado pelo ciclo econômico, registrou alta acumulada de 2,30% no primeiro semestre e de 3,48% nos últimos doze meses, enquanto o conjunto de preços administrados registrou 2,98% no ano até junho e 6,38% em doze meses. No mesmo período, a inflação de serviços continuou pressionada e a média dos núcleos, também acompanhada pelo Banco Central, arrefeceu.

A taxa básica de juros Selic encerrou o primeiro semestre em 10,50% a.a., decidida na reunião do dia 19 de junho. Os membros optaram unanimemente por interromper o ciclo de queda da taxa de juros, destacando que o cenário global incerto, a resiliência da atividade doméstica e a desancoragem das expectativas de inflação demandam maior cautela.

Mesmo diante do término do ciclo de corte da taxa de juros, o custo de crédito apresentou relativa redução no primeiro semestre. Em 30 de junho, o estoque total das operações de crédito bancário atingiu R\$6,02 trilhões, ante R\$5,90 trilhões no trimestre encerrado em 31 de março (nominal).

Com relação ao crédito bancário de recursos livres, a média da taxa de juros recuou para 51,7% para pessoas físicas e para 20,9% para pessoas jurídicas. A taxa média de inadimplência permaneceu inalterada no semestre, em 3,3% para pessoas jurídicas e em 5,5% para pessoas físicas. A média do spread bancário recuou para 40,2 p.p. para as pessoas físicas e para 9,9 p.p. para as empresas.

Em relação ao setor externo, a balança comercial registrou superávit de US\$42,3 bilhões no primeiro semestre. O resultado representa queda de 5,2% em relação ao mesmo período de 2023. Na mesma base de comparação, as importações (3,9%) cresceram em maior ritmo que as exportações (1,4%). O fluxo cambial foi positivo em US\$11,4 bilhões entre janeiro e junho, com o segmento comercial registrando entrada líquida de US\$42,5 bilhões e o segmento financeiro com fluxo negativo de US\$31,1 bilhões.

No âmbito internacional, as incertezas globais ainda pairam sobre a flexibilização do ciclo de aperto monetário dos EUA – mas a perspectiva para o cenário econômico é positiva.

Nos EUA, o mercado de trabalho ainda é resiliente, principalmente no setor de serviços. Além disso, o ritmo de crescimento dos salários é forte com relação ao ritmo compatível com a meta para a inflação de 2% no longo prazo. Estes dois fatores sugerem que a desaceleração do mercado de trabalho é um processo em andamento.

O consenso de mercado é que a Fed Funds Rate recue para o intervalo de 4,50% a 5,00% neste ano, com a curva de mercado precificando dois a três cortes de 0,25 p.p. em 2024.

Neste cenário, o dólar norte americano valorizou 4% no primeiro semestre com relação à cesta de moedas (DXY).

No âmbito doméstico, a piora recente das expectativas para a inflação somado às incertezas fiscais interromperam a dinâmica positiva do Real observada até o final do ano passado. No final de junho, o Real estava cotado a BRL5,594/USD depreciando 15% no ano.

Para o restante do ano, o cenário para a inflação se tornou mais desafiador por conta da desvalorização da taxa de câmbio, da atividade econômica aquecida e da maior resiliência da inflação de serviços. Para a atividade econômica, esperamos crescimento do PIB em torno de 2,3%, com destaque para o crescimento do consumo das famílias.

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado contábil consolidado

RESULTADOS (R\$ milhões)	1S23	1S24	Variação
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	189,0	280,8	48,5%
Receita de prestação de serviços e tarifas	24,4	30,9	26,7%
Despesas administrativas e de pessoal	(132,2)	(160,8)	21,6%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	130,7	199,1	52,3%
Lucro líquido contábil	73,4	126,8	72,8%

2.2 Resultado gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. **Para mais informações e detalhes das reclassificações e critérios gerenciais, favor acessar o relatório de Análise Gerencial dos Resultados do 2T24 disponível no site de Relações com Investidores (ri.pine.com).**

RESULTADOS (R\$ milhões)	1S23	1S24	Variação
Margem financeira Líquida	209,2	278,5	33,1%
Receita de prestação de serviços e tarifas	24,4	30,9	26,7%
Despesas administrativas e de pessoal	(99,7)	(110,9)	11,2%
Resultado operacional	130,7	199,1	52,3%
Lucro líquido	73,4	126,8	72,7%

O 1S24 foi marcado pela contínua diversificação de nossos negócios, pelo atingimento do recorde de lucro semestral e pela melhora expressiva na rentabilidade do Banco. Crescemos as carteiras de crédito de Grandes Empresas e de Varejo Colateralizado e expandimos nosso *funding*. Seguimos construindo negócios escaláveis e resilientes, gerando resultados sustentáveis para atender os nossos clientes em diferentes momentos do ciclo econômico.

- A Margem Financeira Líquida somou R\$ 278,5 milhões no 1S24, aumento de 36,6% em relação ao 1S23. Esse aumento reflete: (i) o aumento do saldo médio das carteiras de crédito com manutenção dos *spreads*; (ii) o resultado consistente da mesa de clientes; e; (iii) a maior eficiência na gestão de ALM.
- Receitas de serviços e tarifas totalizaram R\$ 30,9 no 1S24, apresentando um aumento de 26,7% no ano, devido, principalmente, à maior receita de comissões e tarifas.
- As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 110,9 milhões no 1S24, um crescimento de 11,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicado, principalmente: (i) pelas maiores despesas de pessoal devido ao crescimento do quadro de colaboradores para suportar o crescimento dos nossos negócios e; (ii) pelo investimento em processos e tecnologia.
- **O lucro líquido totalizou R\$ 126,8 milhões no 1S24, um crescimento de 72,7% quando comparado aos R\$ 73,4 milhões do 1S23.**
- › A carteira de crédito expandida totalizou R\$ 12,5 bilhões no período, um crescimento de 60% em relação a junho de 2023, devido, principalmente à contínua expansão de nossa atuação em portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado e ao crescimento da carteira de Grandes Empresas.
- › O crescimento da carteira foi realizado de maneira a manter a qualidade dos créditos, ao final de junho de 2024 95,8% da carteira de crédito estava classificada entre os *ratings* AA-C.
- Destaque para a maior diversificação através da consolidação em operações públicas de letras financeiras subordinadas e do maior volume de debêntures financeiras vinculadas a cessões e de instrumentos incentivados. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos.

3. RATINGS

O Banco é classificado por agência de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

A agência S&P atribuiu o *rating* 'brA-' , com perspectiva estável. A agência destaca que: "O Banco Pine se diferencia de seus pares por conseguir expandir seus negócios continuamente em conjunto com seus lucros, sem apresentar deterioração significativa da qualidade de crédito da carteira ou das métricas de capital regulatórias."

A agência Moody's atribuiu o *rating* 'BBB+' com perspectiva Positiva. A agência destaca que "A elevação dos ratings do Pine incorpora a melhora dos níveis de rentabilidade do banco acompanhada de uma melhora na qualidade da carteira de crédito, e redução das concentrações da carteira de crédito nos últimos períodos."

4. RECURSOS HUMANOS

O Banco Pine é uma instituição financeira que atua no mercado há mais de 27 anos, destacando-se por financiar e assessorar médias e grandes empresas. Somos focados na eficiência das operações, na agilidade dos negócios e na antecipação de soluções aos nossos clientes.

Um dos pilares do negócio são "Pessoas e Cultura", ativos essenciais para execução da estratégia. Com um time alinhado e experiente, estimulamos o empreendedorismo e diversidade de equipes e ideias. Com uma abordagem "hands on", somos assertivos, identificamos e avaliamos eventuais riscos, pautado no trabalho transparente em equipe, com foco no melhor resultado para os nossos clientes e investidores. Para nós, estabelecer relações com vínculo de longo prazo são primordiais. Exploramos nas equipes inspiração, persistência e aprendizado contínuo.

Diante deste contexto, a área de Pessoas e Cultura é fundamental para apoiar a execução da estratégia do negócio por meio da instrumentalização da Gestão de Pessoas. Para isso, fomentamos diversas ações atreladas aos pilares de Atração de Talentos, Treinamento & Desenvolvimento, Cultura, Performance, Remuneração, Benefícios e Reconhecimento.

Cada item destacado permeia nossa cultura que, com solidez, vem acompanhando os passos, conquistas e resultados sustentáveis do Banco Pine ao longo de cada trimestre.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos uma governança robusta, com políticas atualizadas, voltada para trazer mais segurança e transparência para nossos clientes, acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

- › Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- › Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- › *Tag along* de 100% para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- › Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- › Presença de Comitês de Auditoria (100% independente) e Comitê de Remuneração (com membros da Companhia e independentes) que respondem diretamente ao Conselho de Administração.
- › Instauração do Conselho Fiscal a partir de abril de 2024, aprovado em junho.

ESG

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos AMBIENTAL, SOCIAL e de GOVERNANÇA (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Iniciamos estudos e pesquisas, com o apoio de uma das maiores especializadas no assunto do Brasil, para desenvolvermos as melhores estratégias e avaliarmos todas as oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, aprofundando a compreensão dos impactos e relevância e visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Em atendimento à agenda Bacen no que tange os riscos socioambiental e climático, o Banco está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela Green Building Council, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

Distribuição de Proventos

No dia 8 de abril de 2024 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$16.614.790,16 (dezesesseis milhões e seiscentos e quatorze mil e setecentos e noventa reais e dezesseis centavos), que representa um valor bruto de R\$0,08005042888 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda, a ser imputado no cálculo do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2024. O crédito dos juros sobre o capital próprio ocorreu em 18 de abril de 2024 e considerou a posição acionária do dia 12 de abril de 2024.

No dia 01 de julho de 2024, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 16.852.275,19 (dezesesseis milhões e oitocentos e cinquenta e dois mil e duzentos e setenta e cinco reais e dezenove centavos), que representa um valor bruto de R\$ 0,0814303422 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda, a ser imputado no cálculo do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2024. Referida distribuição foi objeto de parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal em reunião realizada dia 01 de julho de 2024. O crédito dos juros sobre o capital próprio ocorreu em 15 de julho de 2024 e considerou a posição acionária do dia 08 de julho de 2024.

Alterações de Capital em 2024

No dia 4 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital em decorrência do quarto período de exercício do bônus de subscrição, ocorrido entre 01 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023. O aumento de capital foi de R\$44.403.786,00, mediante a emissão de 22.201.893 (vinte e dois milhões e duzentas e uma mil e oitocentas e noventa e três) novas ações nominativas, sendo 7.400.631 (sete milhões e quatrocentas mil e seiscentas e trinta e uma) ordinárias e 14.801.262 (quatorze milhões e oitocentas e uma mil e duzentas e sessenta e duas) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo em vista o registro do exercício de 7.400.631 (sete milhões e quatrocentos mil e seiscentos e trinta e um) Bônus de Subscrição, pelo preço de exercício individual de R\$6,00, dividido em 208.978.044 (duzentos e oito milhões e novecentas e setenta e oito mil e quarenta e quatro) ações nominativas, sendo 105.407.754 (cento e cinco milhões e quatrocentas e sete mil e setecentas e cinquenta e quatro) ordinárias e 103.570.290 (cento e três milhões e quinhentas e setenta mil e duzentas e noventa) preferenciais, sem valor nominal. Este aumento de capital foi homologado pelo Banco Central no dia 26 de janeiro de 2024.

No dia 2 de abril de 2024, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital em decorrência do exercício de parte dos bônus de subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2024 a 28 de março de 2024 ("Quinto período de exercício"). O aumento do capital social do Banco, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, no valor de R\$2.563.782,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil, setecentos e oitenta e dois reais), mediante a emissão de 1.281.891 (um milhão, duzentos e oitenta e um mil, oitocentos e noventa e uma) novas ações nominativas, sendo 427.297 (quatrocentas e vinte sete mil e duzentas e noventa e sete) ordinárias e 854.594 (oitocentas e cinquenta e quatro mil e quinhentas e noventa e quatro) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo em vista o registro do exercício de 427.297 (quatrocentos e vinte sete mil e duzentos e noventa e sete) Bônus de Subscrição, pelo preço de exercício individual de R\$6,00 (seis reais), no Quinto período de exercício, passando o capital de R\$896.738.762,25 (oitocentos e noventa e seis milhões e setecentos e trinta e oito mil e setecentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos), dividido em 208.978.044 (duzentos e oito milhões e novecentas e setenta e oito mil e quarenta e quatro) ações nominativas, sendo 105.407.754 (cento e cinco milhões e quatrocentas e sete mil e setecentas e cinquenta e quatro) ordinárias e 103.570.290 (cento e três milhões e quinhentas e setenta mil e duzentas e noventa) preferenciais, sem valor nominal, para R\$899.302.544,25 (oitocentos e noventa e nove milhões e trezentos e dois mil e quinhentos e dois mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), dividido em 210.259.935 (duzentos e dez milhões e duzentas e cinquenta e nove mil e novecentos e trinta e cinco) ações nominativas, sendo 105.835.051 (cento e cinco milhões e oitocentas e trinta e cinco mil e cinquenta e uma) ordinárias e 104.424.884 (cento e quatro milhões, quatrocentas e vinte e quatro mil e oitocentas e oitenta e quatro) preferenciais, sem valor nominal. Este aumento de capital foi homologado pelo Banco Central no dia 23 de abril de 2024.

No dia 01 de julho de 2024, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital em decorrência do exercício de parte dos bônus de subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de julho de 2024, no período de 03 de junho de 2024 a 28 de junho de 2024 ("Sexto período de exercício"). O Aumento do Capital, homologado dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia é de R\$ 221.538,00 (duzentos e vinte e um mil e quinhentos e trinta e oito reais), com a emissão de 110.769 (cento e dez mil e setecentas e sessenta e nove) novas ações nominativas, sendo 36.923 (trinta e seis mil e novecentas e vinte e três) ordinárias e 73.846 (setenta e três mil e oitocentas e quarenta e seis) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo em vista o registro do exercício de 36.923 (trinta e seis mil e novecentos e vinte e três) Bônus de Subscrição, pelo preço de exercício individual de R\$6,00 (seis reais), no Sexto período de exercício, passando o capital de R\$899.302.544,25 (oitocentos e noventa e nove milhões e trezentos e dois mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), dividido em 210.259.935 (duzentos e dez milhões e duzentas e cinquenta e nove mil e novecentos e trinta e cinco) ações nominativas, sendo 105.835.051 (cento e cinco milhões e oitocentas e trinta e cinco mil e cinquenta e uma) ordinárias e 104.424.884 (cento e quatro milhões, quatrocentas e vinte e quatro mil e oitocentas e oitenta e quatro) preferenciais, sem valor nominal, para R\$ 899.524.082,25 (oitocentos e noventa e nove milhões e quinhentos e vinte e quatro mil e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos), dividido em 210.370.704 (duzentos e dez milhões e trezentos e setenta mil e setecentos e quatro) ações nominativas, sendo 105.871.974 (cento e cinco milhões e oitocentas e setenta e um mil e novecentos e setenta e quatro) ordinárias e 104.498.730 (cento e quatro milhões e quatrocentos e noventa e oito mil e setecentos e trinta) preferenciais, sem valor nominal. Este aumento de capital foi homologado pelo Banco Central no dia 24 de julho de 2024.

Circular BACEN nº 3.068/01

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, declaramos ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 5.520,5 milhões no individual e consolidado e representando 58,83% do total de títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2024.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a junho de 2024, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

ATIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	55.839	39.894	55.839	63.290
Ativos financeiros		23.228.944	19.900.038	23.459.110	19.325.873
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.100.497	580.232	1.100.497	580.232
Títulos e valores mobiliários	6.a	9.384.053	9.074.424	9.384.053	8.302.607
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	2.320.208	1.877.228	2.320.208	1.877.228
Operações de crédito	7	8.599.213	6.775.590	8.599.213	6.775.590
Outros ativos financeiros	8	1.824.973	1.592.564	2.055.139	1.790.216
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(193.511)	(184.350)	(198.519)	(191.880)
Ativos fiscais	9.a	826.852	842.086	826.863	842.086
Investimento em participações em coligadas e controladas	10	823.425	720.676	37.561	23.008
Outros ativos	11	363.029	351.343	898.817	803.414
Imobilizado de uso	12	30.206	30.160	30.206	30.160
Intangível		25.607	21.601	25.607	21.601
(-) Depreciação e amortização		(27.685)	(24.845)	(27.685)	(24.845)
(-) Imobilizado de uso	12	(22.130)	(21.449)	(22.130)	(21.449)
(-) Intangível		(5.555)	(3.396)	(5.555)	(3.396)
Total do ativo		25.132.706	21.696.603	25.107.799	20.892.707
PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Passivos financeiros		23.273.951	19.330.750	23.230.515	19.260.024
Depósitos	13.a	13.620.481	9.622.091	13.577.045	9.551.365
Captações no mercado aberto	13.b	4.352.228	4.046.998	4.352.228	4.046.998
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.c	2.242.742	3.096.406	2.242.742	3.096.406
Obrigações por empréstimos e repasses	13.d	347.701	-	347.701	-
Dívida subordinada	14	514.214	348.173	514.214	348.173
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	2.168.108	2.199.505	2.168.108	2.199.505
Outros passivos financeiros		28.477	17.577	28.477	17.577
Provisões	15	26.810	22.398	27.470	23.107
Outros passivos	16	713.475	1.358.976	731.344	625.097
Total do passivo		24.014.236	20.712.124	23.989.329	19.908.228
Patrimônio líquido	17	1.118.470	984.479	1.118.470	984.479
Capital social		899.303	852.335	899.303	852.335
De domiciliados no país		770.436	723.468	770.436	723.468
De domiciliados no exterior		128.867	128.867	128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(4.370)	(7.050)	(4.370)	(7.050)
Reservas de capital		2.993	4.127	2.993	4.127
Reservas de Lucros		235.256	141.911	235.256	141.911
(-) Ações em tesouraria		(14.712)	(6.844)	(14.712)	(6.844)
Total do patrimônio líquido	17	1.118.470	984.479	1.118.470	984.479
Total do passivo e patrimônio líquido		25.132.706	21.696.603	25.107.799	20.892.707

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)



	Nota	Individual		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas da intermediação financeira		1.232.254	1.085.875	1.232.254	1.086.057
Operações de crédito	18.a	718.712	539.191	718.712	539.191
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	385.136	366.448	385.136	366.630
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	(6.076)	184.319	(6.076)	184.319
Resultado de operações de câmbio		134.482	(4.083)	134.482	(4.083)
Despesas da intermediação financeira		(957.963)	(897.429)	(951.461)	(897.015)
Operações de captação no mercado	18.b	(880.970)	(882.576)	(876.990)	(881.230)
Operações de empréstimos e repasses	18.c	(35.111)	(78)	(35.111)	(78)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(41.882)	(14.775)	(39.360)	(15.707)
Resultado bruto da intermediação financeira		274.291	188.446	280.793	189.042
Receitas (despesas) operacionais		(90.795)	(76.983)	(89.109)	(83.476)
Receitas de prestação de serviços	18.d	8.705	11.895	28.103	17.490
Rendas de tarifas bancárias		2.780	6.888	2.780	6.888
Despesas de pessoal	18.e	(60.551)	(53.282)	(63.099)	(54.689)
Outras despesas administrativas	18.f	(94.150)	(77.152)	(97.733)	(77.543)
Despesas tributárias	18.g	(10.689)	(13.964)	(13.015)	(15.628)
Resultado de participação em controladas e coligadas	10.a	40.601	8.822	13.001	2.025
Outras receitas operacionais	18.h	33.632	42.738	53.681	42.735
Outras despesas operacionais	18.i	(11.123)	(2.928)	(12.827)	(4.754)
Resultado operacional		183.496	111.463	191.684	105.566
Resultado não operacional	18.j	5.231	16.045	7.471	25.176
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		188.727	127.508	199.155	130.742
Imposto de renda e contribuição social	19	(32.243)	(38.595)	(36.078)	(41.829)
Participações no resultado	22	(29.672)	(15.476)	(36.265)	(15.476)
Lucro líquido do semestre		126.812	73.437	126.812	73.437
Lucro líquido básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações					
Lucro líquido por ação		0,6031	0,3939	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

	Nota	Individual e Consolidado	
		01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Lucro líquido do semestre		126.812	73.437
Outros ajustes abrangentes	17.f	2.680	(194)
Ativos financeiros disponíveis para venda		6.048	2.688
Hedges de fluxo de caixa		-	1
Imposto de renda e contribuição social		(2.471)	(2.930)
Outros		(897)	47
Resultado abrangente do semestre		129.492	73.243

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

	Individual e Consolidado								
	Reservas de Lucros						Ações em Tesouraria	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Nota	Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		851.665	-	1.730	21.403	(5.819)	-	-	868.979
Aumento de Capital	17.a	2	-	-	-	-	-	-	2
Venda/Aquisição de ações em tesouraria	17.e	-	-	-	-	-	(4.303)	-	(4.303)
MTM de títulos disponíveis para venda	17.f	-	-	-	-	(220)	-	-	(220)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.f	-	-	-	-	26	-	-	26
Transações com pagamentos baseados em ações	17.b	-	436	-	-	-	-	-	436
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	73.437	73.437
Destinações do lucro:									
Reserva legal	17.c	-	-	3.672	-	-	-	(3.672)	-
Reserva estatutária	17.c	-	-	-	69.765	-	-	(69.765)	-
Saldos em 30 de junho de 2023		851.667	436	5.402	91.168	(6.013)	(4.303)	-	938.357
Saldos em 31 de dezembro de 2023		852.335	4.127	10.774	131.137	(7.050)	(6.844)	-	984.479
Aumento de capital	17.a	46.968	-	-	-	-	-	-	46.968
Venda/Aquisição de ações em tesouraria	17.e	-	-	-	-	-	(22.438)	-	(22.438)
MTM de títulos disponíveis para venda	17.f	-	-	-	-	3.577	-	-	3.577
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.f	-	-	-	-	(897)	-	-	(897)
Transações com pagamentos baseados em ações	17.b	-	(1.134)	-	-	-	14.570	-	13.436
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	126.812	126.812
Destinações do lucro:									
Reserva legal	17.c	-	-	6.341	-	-	-	(6.341)	-
Juros sobre o capital próprio	17.d	-	-	-	-	-	-	(33.467)	(33.467)
Reserva estatutária	17.c	-	-	-	87.004	-	-	(87.004)	-
Saldos em 30 de junho de 2024		899.303	2.993	17.115	218.141	(4.370)	(14.712)	-	1.118.470

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
(Em milhares de Reais - R\$)



		Individual		Consolidado	
	Nota	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Atividades operacionais					
Lucro líquido ajustado		157.762	104.514	182.892	113.853
Lucro líquido do semestre		126.812	73.437	126.812	73.437
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(23.856)	(2.897)	(23.856)	(2.897)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		7.f 41.882	14.775	39.360	15.707
Imposto de renda e contribuição social diferidos		32.243	29.259	32.266	30.795
Depreciação e amortização		18.f 2.840	1.062	2.840	1.062
Provisão para contingências		15.c 882	(3.894)	911	(3.820)
Provisão para garantias financeiras prestadas		2.781	223	2.781	223
Resultado de participação em controladas e coligadas		10.a (40.601)	(8.822)	(13.001)	(2.025)
Pagamento baseado em ações		14.779	1.371	14.779	1.371
Variação de ativos e passivos		680.798	52.915	588.786	43.576
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		408.212	92.975	408.212	92.975
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		(306.949)	267.542	(1.078.766)	264.602
(Aumento) Redução de operações de crédito		(1.856.343)	(1.298.701)	(1.856.344)	(1.298.701)
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros		(239.017)	(240.546)	(271.565)	(240.027)
(Aumento) Redução de outros ativos		(28.786)	103.416	(95.403)	106.284
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		(474.377)	(55.834)	(474.377)	(55.834)
Aumento (Redução) de depósitos		3.998.390	625.401	4.025.680	622.975
Aumento (Redução) de operações compromissadas		305.230	(1.276.569)	305.230	(1.276.569)
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		(853.664)	1.782.832	(853.664)	1.782.832
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		347.701	(9.281)	347.701	(9.281)
Aumento (Redução) de outros passivos		(619.599)	61.680	132.082	54.320
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		838.560	157.429	771.678	157.429
Atividades de investimento					
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso		12 (46)	(1.992)	(46)	(1.992)
Alienação (Aquisição) de intangível		(4.006)	-	(4.006)	-
(Aumento) Redução de capital em controladas		10 (43.486)	-	-	-
(Aumento) de capital em coligadas		(8.332)	-	(8.332)	-
Dividendos recebidos		5.956	-	5.956	-
Alienação (Aquisição) de outros investimentos		(39)	(114)	(39)	(114)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		(49.953)	(2.106)	(6.467)	(2.106)
Atividades de financiamento					
Aumento de capital		17.a 46.968	2	46.968	2
Aquisição de ações em tesouraria		17.e (22.439)	(5.238)	(22.439)	(5.238)
Juros sobre o capital próprio pagos		17.d (50.470)	(9.754)	(50.470)	(9.754)
Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada		14 157.900	6.224	157.900	6.224
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento		131.959	(8.766)	131.959	(8.766)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		920.566	146.557	897.170	146.557
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		4 182.446	301.558	205.842	301.559
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		23.856	2.897	23.856	2.897
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre		4 1.126.868	451.012	1.126.868	451.013

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Individual		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas		1.229.597	1.145.738	1.272.102	1.157.885
Receitas da intermediação financeira		1.232.254	1.085.875	1.232.254	1.086.057
Receitas de prestação de serviços	18.d	8.705	11.895	28.103	17.490
Rendas de tarifas bancárias		2.780	6.888	2.780	6.888
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(41.882)	(14.775)	(39.360)	(15.707)
Outras		27.740	55.855	48.325	63.157
Despesas de intermediação financeira		(916.081)	(882.654)	(912.101)	(881.308)
Insumos adquiridos de terceiros	18.f	(86.289)	(72.185)	(89.872)	(72.633)
Materiais, energias e outros		(343)	(192)	(343)	(204)
Serviços de terceiros		(68.713)	(53.755)	(69.184)	(54.119)
Outros		(17.233)	(18.238)	(20.345)	(18.310)
Valor adicionado bruto		227.227	190.899	270.129	203.944
Depreciação e amortização	18.f	(2.840)	(1.062)	(2.840)	(1.062)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		224.387	189.837	267.289	202.882
Valor adicionado recebido em transferência		40.601	8.822	13.001	2.025
Resultado de equivalência patrimonial	10.a	40.601	8.822	13.001	2.025
Valor adicionado total a distribuir		264.988	198.659	280.290	204.907
Distribuição do valor adicionado		264.988	198.659	280.290	204.907
Remuneração do trabalho		90.223	68.758	99.364	70.165
Proventos	18.e	36.496	32.822	37.979	33.920
Benefícios e treinamento	18.e	8.710	8.138	8.706	8.164
Encargos sociais	18.e	15.345	12.322	16.414	12.605
Participação nos lucros		29.672	15.476	36.265	15.476
Remuneração de governos		42.932	52.559	49.093	57.457
Federais	18.g	10.066	12.978	11.529	14.389
Municipais	18.g	623	986	1.486	1.239
Imposto de renda e contribuição social	19	32.243	38.595	36.078	41.829
Remuneração de capitais de terceiros		5.021	3.905	5.021	3.848
Aluguéis e arrendamento de bens	18.f	5.021	3.905	5.021	3.848
Remuneração de capitais próprios		126.812	73.437	126.812	73.437
Juros sobre o capital próprio		33.467	-	33.467	-
Lucro Líquido retido		93.345	73.437	93.345	73.437

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Individuais do Pine, que incluem sua Agência de Grand Cayman e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine e Controladas, são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 30 de junho de 2024, na reunião realizada em 9 de agosto de 2024.

a) Participação em controladas e coligadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

	Atividade	Participação % no capital total em	
		30/06/2024	31/12/2023
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Consultoria	100,0000	100,0000
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	100,0000	100,0000
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	100,0000	100,0000
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	SPE	100,0000	100,0000
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	99,9800	100,0000
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	SPE	100,0000	100,0000
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	SPE	100,0000	100,0000
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	Comercialização de ativos ambientais	100,0000	100,0000
Coligadas - Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial			
Amigoz Ltda. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.)	Holding de instituições não-financeiras	50,2900	40,0000
BYX Capital Ltda.	Consultoria	32,7400	30,0000

30/06/2024								
	Pine Planejamento	Pine Investimentos	Pine Assessoria	P3 Desenvolvimento Imobiliário	Pine Corretora	Pine Campo Grande	Pine Ativos Imobiliários	ECO Comercializadora de Ativos Ambientais
ATIVO								
Disponibilidades	741	1	2.617	515	289	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	4.161	11.128	3.835	6.541	8.578	2.530	10
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	-	-	(5.009)	-	-	-	-
Investimento em participações em coligadas e controladas	-	-	-	-	-	-	14.257	-
Outros ativos	232	3.681	3.856	600.680	13.683	52.580	84.150	-
Total do ativo	973	7.843	17.601	600.021	20.513	61.158	100.937	10
PASSIVO								
Outros passivos	479	1.049	4.005	13.909	383	98	3.269	-
Total do passivo	479	1.049	4.005	13.909	383	98	3.269	-
Patrimônio líquido	494	6.794	13.596	586.112	20.130	61.060	97.668	10
Capital social	10	4.765	500	565.797	18.102	53.200	97.993	10
Reservas de Lucros	2	1.930	8.745	-	2.355	8.065	-	-
Lucro líquido (Prejuízos) acumulados	482	99	4.351	20.315	(327)	(205)	(325)	-
Total do patrimônio líquido	494	6.794	13.596	586.112	20.130	61.060	97.668	10
Total do passivo e patrimônio líquido	973	7.843	17.601	600.021	20.513	61.158	100.937	10

As alterações societárias estão descritas na Nota Explicativa 10 - Investimentos.

b) Reapresentação dos saldos comparativos

Para fins de melhor comparação, realizamos a reclassificação na Demonstração do Resultado do semestre findo em 30 de junho de 2023, de R\$109.070 da rubrica de "Receitas (despesas) operacionais - Outras despesas operacionais" para a rubrica de "Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito". Essa reclassificação não altera o total do lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2023.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	30/06/2023 antes da reclass.	Reclassificações	30/06/2023 após reclass.
Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito	648.261	109.070	539.191
Receitas (despesas) operacionais - Outras despesas operacionais	(113.824)	(109.070)	(4.754)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes
Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado
Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

No período findo em 30 de junho de 2024, não foram identificadas novas Resoluções, com impactos relevantes.

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:

Instrumentos Financeiros

Instruções Normativas nº 426/23 e 433/23 – Com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. O Banco Pine iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

Resolução BCB nº 352/23 - revoga a Resolução BCB nº 309/23 e tem início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidência de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. O Banco Pine iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

Lei nº 14.467/22 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. O Banco Pine iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

Resolução CMN nº 4.966/21 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção contabilidade de hedge, incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. A Resolução estabelece a obrigação de remessa ao Bacen de um plano para a implementação da regulamentação prevista na norma. O Banco Pine já iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

Em atendimento ao art. 76, parágrafo único, inciso II, o Banco Pine, de forma resumida, destaca no plano de implementação da referida resolução:

Conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, estabelecendo novas diretrizes para classificação, mensuração e contabilização de ativos e passivos financeiros, impairment e hedge sendo:

i. Classificação e Mensuração;

ii. Impairment, Cura e Taxa Efetiva; e

iii. Classificação do Hedge.

O Banco Pine entende que o Plano de Implementação tem como objetivo dar diretrizes para conversão das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen para as Normas Internacionais de Relatório Financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), até janeiro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966/21 Art. 81º e inciso II. O Plano foi revisado e readequado, inclusive atendendo à requisitos da Resolução nº 5.100/23, norma complementar à Resolução 4.966/21.

O Plano de Implementação, não se trata de um plano definitivo e será atualizado conforme evolução do projeto de implementação e/ou normativos que serão emitidos pelo Bacen, de acordo com as etapas abaixo:

- Apresentação para principais áreas impactadas;
- Criação de grupo de trabalho com pelo menos 1 colaborador por área;
- Reuniões com o grupo de trabalho para início das atividades;
- Criação, definições e aprovações das políticas e memorandos técnicos;
- Reuniões com os fornecedores sobre impactos da norma;
- Atualizar os scripts ou parâmetros sistêmicos e testes (homologação);
- Mensurar os impactos conforme o avanço dos trabalhos; e
- Aplicação completa da Resolução CMN nº 4.966/21.

Arrendamento mercantil

Resolução CMN nº 4.975/21 – Com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observarem o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 – R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. O Banco Pine iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Banco Pine e suas subsidiárias, cessões com coobrigação e securitização com lastro em operações de crédito do varejo e entidades de propósito específico foram eliminados.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários do Pine são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais o Pine não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais o Pine tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

O valor justo dos títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Pine usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e nas condições de crédito dos emissores. O Pine utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo do valor justo desses ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e swaps são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;

- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;

- Operações de swap: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa pro rata dia até a data do balanço;

- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Pine, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;

- Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN nº 4.277/13, dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem:

- Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068/01;

- Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082/02; e

- Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 4.557/17.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.277/13, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Pine classifica sua carteira de crédito por rating que varia de AA à H, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito demonstrada na nota explicativa 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação.

As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa 7.

i) Baixa de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e Debêntures; e

- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do Bacen.

j) Ativos não financeiros mantidos para venda

Outros valores e bens referem-se, principalmente, ativos não financeiros mantidos para venda, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Os ativos não financeiros mantidos para venda são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados, avaliando eventual redução de seu valor recuperável periodicamente (nota 3.n). O Pine considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, bem como avaliações internas a partir de premissas estabelecidas pela Administração.

k) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

l) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

m) Investimento em participações em coligadas e controladas, Imobilizado de uso e Intangível

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas e coligadas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;

- A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;

- Os bens do ativo imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil e econômica dos bens; e

- O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

o) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob as rubricas "Aplicações interfinanceiras de liquidez" e "Captações no mercado aberto".

p) Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, revogada pela Instrução Normativa nº 319/22 a partir de 1º de janeiro de 2023, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos; e

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Pine, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social 20%.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 9.d, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas.

s) Participações no resultado

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado" pelo período de competência.

t) Lucro líquido por ação

Resultado básico por ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia, o numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o período.

Resultado diluído por ação

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a companhia deve ajustar o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias, o capital próprio ordinário, da companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas, em circulação, para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

Os resultados básico e diluído por ação são iguais e são apresentados de maneira unificada, com a segregação entre ações ordinárias e preferenciais, na Demonstração do Resultado e está indicado como "Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações".

u) Garantias financeiras prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016, estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a cobertura da garantia poderá divergir caso seja necessário a execução do instrumento de garantia.

O Pine adota premissas internas para o cálculo de provisão de fiança e garantias prestadas. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação ao cliente e tipos de fiança. Baseado nesses critérios, a provisão é considerada suficiente pelo Pine.

v) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas requer que o Pine efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos financeiros e derivativos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes; valor de mercado de ativos não financeiros mantidos para a venda; e classificação de ativos financeiros mantidos até o vencimento. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

x) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 estabeleceu que considera-se resultado não recorrente, o resultado que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não recorrente do Pine, está evidenciado na Nota 25.g, de forma segregada.

y) Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. A carteira contida neste nível é composta de títulos públicos, derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo.

Nível 2: A apuração do valor justo dos produtos com nível reduzido de liquidez é feita através dos terminais de precificação de dados públicos e em plataformas de precificação de mercado. Os títulos privados são calculados com base no valor presente dos fluxos de pagamento futuros, descontados por taxas de juros livre de risco mais o spread de crédito, utilizamos também o rating da contraparte que reflita a qualidade creditícia do emissor, os derivativos de balcão são calculados com as curvas e preços disponibilizados pela B3.

Nível 3: O valor justo dos produtos com baixíssima liquidez de mercado é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação e pelo conservadorismo, no nível 3 são classificados como ativos de baixíssima liquidez os títulos privados com mudança substancial de risco.

Os instrumentos financeiros classificados pelo valor justo no Nível 1 são precificados com base na coleta de preços divulgados pelos mercados organizados, no Nível 2 são utilizados os preços cotados e derivados de cotações públicas em mercados ativos e no Nível 3 são mensurados mediante modelos internos de cálculo. O volume de operações precificadas pelo seu valor justo na sua quase totalidade estão distribuídos no Nível 1, com exceção: (i) aos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos privados, que estão em Nível 2, no montante de R\$3.714.397 (31 de dezembro de 2023 - R\$2.862.414); e (ii) a determinados títulos privados em situação de discussão judicial no montante de R\$90.385 (31 de dezembro de 2023 - R\$90.385) que são classificados em Nível 3.

z) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades ⁽¹⁾	55.839	39.894	55.839	63.290
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) ⁽²⁾	1.071.029	142.552	1.071.029	142.552
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.126.868	182.446	1.126.868	205.842

(1) Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, referem-se, substancialmente, a depósitos no exterior em moedas estrangeiras.

(2) Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas conforme abaixo:

Papel/Vencimento	Individual e Consolidado			
			30/06/2024	31/12/2023
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas				
LTN - Letras do Tesouro Nacional	258.568	-	258.568	128.026
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	769.675	-	769.675	-
Total de aplicações em operações compromissadas	1.028.243	-	1.028.243	128.026
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós	18.803	29.468	48.271	98.489
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	-	-	-	337.882
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	18.803	29.468	48.271	436.371
Aplicações em moedas estrangeiras				
Aplicações em moedas estrangeiras	23.983	-	23.983	14.526
Total de aplicações em moedas estrangeiras	23.983	-	23.983	14.526
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	-	-	1.309
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.071.029	29.468	1.100.497	580.232

(1) Refere-se ao ajuste ao valor justo das aplicações em Depósitos Vinculados ao Crédito Rural, que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 6.c.xb)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

	30/06/2024										Individual		
											31/12/2023		
	Valor de Mercado/Contábil								Total		Total		
	Vencidos	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda													
Títulos públicos	-	-	-	162.067	-	-	417	162.484	163.205	(721)	270.795	271.629	(834)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	105.108	-	-	417	105.525	105.530	(5)	99.881	99.882	(1)
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.978	49.992	(14)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	56.959	-	-	-	56.959	57.675	(716)	120.936	121.755	(819)
Títulos privados	-	-	6.906	25.732	1.042.093	122.140	684.384	1.881.255	1.886.809	(5.554)	1.491.305	1.500.408	(9.103)
Eurobonds	-	-	-	-	4.518	-	-	4.518	9.754	(5.236)	180	8.269	(8.089)
Debêntures ^{(1) (4)}	-	-	-	-	1.033.492	-	58.907	1.092.399	1.092.636	(237)	1.125.982	1.126.053	(71)
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	-	18.252	16.207	34.459	34.959	(500)	16.256	16.144	112
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	29.732	18.940	48.672	48.786	(114)	49.609	49.713	(104)
Cotas de fundo de investimentos	-	-	-	-	-	-	590.330	590.330	590.330	-	251.919	251.919	-
Nota comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.358	1.400	(42)
Cédula do Produto Rural	-	-	6.906	25.732	4.083	74.156	-	110.877	110.344	533	46.001	46.910	(909)
Total de títulos disponíveis para venda	-	-	6.906	187.799	1.042.093	122.140	684.801	2.043.739	2.050.014	(6.275)	1.762.100	1.772.037	(9.937)
Títulos para negociação ⁽²⁾													
Títulos públicos	-	-	9.301	-	-	-	954.524	963.825	1.034.243	(70.418)	1.057.797	1.018.810	38.987
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	9.301	-	-	-	954.524	963.825	1.034.243	(70.418)	1.057.797	1.018.810	38.987
Títulos privados	-	187	-	-	-	-	855.755	855.942	855.942	-	1.452.784	1.453.318	(534)
Ações de companhias abertas	-	187	-	-	-	-	-	187	187	-	218	218	-
Nota comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	668.194	672.451	(4.257)
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.982	5.019	(37)
Debêntures	-	-	-	-	-	-	855.755	855.755	855.755	-	779.390	775.630	3.760
Total de títulos para negociação	-	187	9.301	-	-	-	1.810.279	1.819.767	1.890.185	(70.418)	2.510.581	2.472.128	38.453
Títulos mantidos até o vencimento													
Títulos públicos	-	-	469.030	446.947	2.728.682	748.602	59.701	4.452.962	4.452.962	-	4.793.033	4.793.033	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	329.953	329.953	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	469.030	446.947	2.728.682	748.602	59.701	4.452.962	4.452.962	-	4.463.080	4.463.080	-
Títulos privados	23.699	-	215.173	131.757	413.768	272.380	10.808	1.067.585	1.067.585	-	8.710	8.710	-
Eurobonds	-	-	-	-	-	-	10.808	10.808	10.808	-	8.710	8.710	-
Nota comercial	23.699	-	215.173	131.757	413.768	272.380	-	1.056.777	1.056.777	-	-	-	-
Total de tit. mantidos até o vencimento	23.699	-	684.203	578.704	3.142.450	1.020.982	70.509	5.520.547	5.520.547	-	4.801.743	4.801.743	-
Total de títulos	23.699	187	700.410	766.503	4.184.543	1.143.122	2.565.589	9.384.053	9.460.746	(76.693)	9.074.424	9.045.908	28.516

											Consolidado		
											31/12/2023		
	Valor de Mercado/Contábil										Total		
	Vencidos	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda													
Títulos públicos	-	-	-	162.067	-	-	417	162.484	163.205	(721)	270.795	271.629	(834)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	105.108	-	-	417	105.525	105.530	(5)	99.881	99.882	(1)
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.978	49.992	(14)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	56.959	-	-	-	56.959	57.675	(716)	120.936	121.755	(819)
Títulos privados	-	-	6.906	25.732	1.042.093	122.140	684.384	1.881.255	1.886.809	(5.554)	1.491.305	1.500.408	(9.103)
Eurobonds ⁽¹⁾	-	-	-	-	4.518	-	-	4.518	9.754	(5.236)	180	8.269	(8.089)
Debêntures ^{(1) (3) (4)}	-	-	-	-	1.033.492	-	58.907	1.092.399	1.092.636	(237)	1.125.982	1.126.053	(71)
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	-	18.252	16.207	34.459	34.959	(500)	16.256	16.144	112
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	29.732	18.940	48.672	48.786	(114)	49.609	49.713	(104)
Cotas de fundo de investimentos	-	-	-	-	-	-	590.330	590.330	590.330	-	251.919	251.919	-
Nota comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.358	1.400	(42)
Cédula do Produto Rural	-	-	6.906	25.732	4.083	74.156	-	110.877	110.344	533	46.001	46.910	(909)
Total de títulos disponíveis para venda	-	-	6.906	187.799	1.042.093	122.140	684.801	2.043.739	2.050.014	(6.275)	1.762.100	1.772.037	(9.937)
Títulos para negociação ⁽²⁾													
Títulos públicos	-	-	9.301	-	-	-	954.524	963.825	1.034.243	(70.418)	1.057.797	1.018.810	38.987
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	9.301	-	-	-	954.524	963.825	1.034.243	(70.418)	1.057.797	1.018.810	38.987
Títulos privados	-	187	-	-	-	-	855.755	855.942	855.942	-	680.967	681.501	(534)
Ações de companhias abertas	-	187	-	-	-	-	-	187	187	-	218	218	-
Nota comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	668.194	672.451	(4.257)
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.982	5.019	(37)
Debêntures	-	-	-	-	-	-	855.755	855.755	855.755	-	7.573	3.813	3.760
Total de títulos para negociação	-	187	9.301	-	-	-	1.810.279	1.819.767	1.890.185	(70.418)	1.738.764	1.700.311	38.453
Títulos mantidos até o vencimento													
Títulos públicos	-	-	469.030	446.947	2.728.682	748.602	59.701	4.452.962	4.452.962	-	4.793.033	4.793.033	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	329.953	329.953	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	469.030	446.947	2.728.682	748.602	59.701	4.452.962	4.452.962	-	4.463.080	4.463.080	-
Títulos privados	23.699	-	215.173	131.757	413.768	272.380	10.808	1.067.585	1.067.585	-	8.710	8.710	-
Eurobonds	-	-	-	-	-	-	10.808	10.808	10.808	-	8.710	8.710	-
Nota comercial	23.699	-	215.173	131.757	413.768	272.380	-	1.056.777	1.056.777	-	-	-	-
Total de tit. mantidos até o vencimento	23.699	-	684.203	578.704	3.142.450	1.020.982	70.509	5.520.547	5.520.547	-	4.801.743	4.801.743	-
Total de títulos	23.699	187	700.410	766.503	4.184.543	1.143.122	2.565.589	9.384.053	9.460.746	(76.693)	8.302.607	8.274.091	28.516

(1) Em 30 de junho de 2024, as condições e expectativas consideradas na avaliação de certos títulos disponíveis para venda não se concretizaram, em consequência, foi reconhecido no resultado, o montante de R\$8.610, no Individual e no Consolidado, referentes à Notas Comerciais (30 de junho de 2023 - montante de R\$7.277, sendo R\$2.038 referentes à Debêntures e R\$5.239 referentes à Eurobonds) de perdas permanentes, na conta de Resultado de Operações com Títulos de Valores Mobiliários.

(2) Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do título, porém possui característica de curto prazo.

(3) A Resolução CMN nº 3.533/08, estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco Pine estruturou cessão com coobrigação e securitização com o mercado, cujo montante de R\$ 771.817 foi eliminado para fins de consolidação da Demonstração Financeira. O montante eliminado referente a 31 de dezembro de 2023 foi reclassificado de 'títulos disponíveis para venda' para 'títulos para negociação', para fins de melhor comparabilidade.

(4) Em 30 de junho de 2024, inclui debêntures classificadas com prazo de vencimento entre 1 e 3 anos e 5 e 15 anos, no montante de R\$25.070, que tiveram declaração de vencimento antecipado, conforme consta Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 22 de setembro de 2023.

Atendendo ao disposto da Circular Bacen nº 3.068/01, o Banco Pine possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Em atendimento ao disposto no Art. 5º da Circular Bacen nº 3.068/01, no período findo em 30 de junho de 2024 houve reclassificação de categoria de títulos e valores mobiliários de disponíveis para venda e negociação para mantidos até o vencimento. Não houve impactos no resultado decorrentes da reclassificação realizada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve reclassificação entre categorias.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria "disponíveis para venda" e "para negociação" foi apurado com base em preços e taxas praticados em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 30 de junho de 2024, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" possui um ajuste negativo acumulado no montante de R\$3.456 no Individual e no Consolidado, registrados no patrimônio líquido do Pine, líquidos dos efeitos tributários (ajuste negativo acumulado de R\$5.459 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2023). A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste negativo no montante de R\$70.418 no Individual e no Consolidado (ajuste positivo no montante de R\$38.453 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2023), registrados no resultado.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de operações com títulos de renda fixa	515.099	356.117	515.100	356.299
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(147.949)	(9.075)	(147.949)	(9.075)
Rendas de operações com títulos de renda variável	25.472	21.573	25.472	21.573
Despesas de operações com títulos de renda variável	(7.486)	(2.167)	(7.487)	(2.167)
Total	385.136	366.448	385.136	366.630

c) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para gerenciamento dos riscos de mercado dos seus balanços, resultantes de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Para atender esta demanda o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Crédito e Cenários de stress. Com base nessas informações, as Mesas de Tesouraria previam os instrumentos financeiros derivativos necessários, em conformidade com a política de riscos de mercado e de crédito, previamente definidas pelo Pine. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites considera, dentre outras variáveis, os potenciais cenários de stress dos ativos objetos.

O conhecimento do cliente, a avaliação do setor em que atua, seu perfil de apetite a riscos, acompanhada da prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela Instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres, incluindo operações de balcão, de menor relevância, em relação ao total das exposições do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, *Intercontinental Exchange - ICE* e *Bloomberg*. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Instrumentos financeiros derivativos	Individual e Consolidado					
	30/06/2024			31/12/2023		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	28.433	1.849.321	1.877.754	11.817	1.676.903	1.688.720
Contratos a termo - a receber	353.804	48.397	402.201	106.772	44.185	150.957
Prêmios de opções a exercer	21.025	19.228	40.253	22.740	14.811	37.551
Total a receber	403.262	1.916.946	2.320.208	141.329	1.735.899	1.877.228
PASSIVO						
Swap - diferencial a pagar	(12.708)	(2.002.391)	(2.015.099)	(3.820)	(2.050.040)	(2.053.860)
Contratos a termo - a pagar	(105.324)	(3.347)	(108.671)	(75.906)	(42.047)	(117.953)
Prêmios de opções lançadas	(22.762)	(21.576)	(44.338)	(20.430)	(7.262)	(27.692)
Total a pagar	(140.794)	(2.027.314)	(2.168.108)	(100.156)	(2.099.349)	(2.199.505)
Valor líquido	262.468	(110.368)	152.100	41.173	(363.450)	(322.277)

v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Individual e Consolidado							
	30/06/2024				31/12/2023			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	7.031.594	1.877.754	-	6.221.890	1.688.087	-	-	
Juros	6.480.040	1.827.423	-	6.120.800	1.672.191	-	-	
Moeda	551.554	50.331	-	101.090	15.896	-	-	
Posição passiva:	7.031.594	-	(2.004.901)	6.221.890	-	(2.049.488)	-	
Juros	6.909.809	-	(1.989.178)	6.019.501	-	(2.045.206)	-	
Moeda	121.785	-	(15.723)	202.389	-	(4.282)	-	
Valor líquido		1.877.754	(2.004.901)	68.138	1.688.087	(2.049.488)		68.372
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa								
Posição passiva:	-	-	-	-	-	-	-	
Juros	-	-	-	-	-	-	-	
Moeda	-	-	-	-	-	-	-	
Valor líquido	-	-	-	-	-	-	-	(1.004)
Risco de mercado								
Posição ativa:	246.505	-	-	186.471	633	(4.372)	-	
Juros	246.505	-	-	186.471	633	-	-	
Moeda	-	-	-	-	-	(4.372)	-	
Posição passiva:	-	-	(10.198)	-	-	-	-	
Moeda	-	-	(10.198)	-	-	-	-	
Valor líquido		-	(10.198)	(11.646)	633	(4.372)		(8.404)
Valor líquido de Swap		1.877.754	(2.015.099)	56.492	1.688.720	(2.053.860)		58.964

Contratos a termo							
Posição ativa:	6.424.351	402.201	-		8.156.479	150.957	-
Juros	2.176.477	46.410	-		4.243.815	115.962	-
Moeda	3.493.983	268.984	-		3.792.947	7.237	-
Commodities	753.891	86.807	-		119.717	27.758	-
Posição passiva:	6.424.351	-	(108.671)		8.156.479	-	(117.953)
Juros	4.247.874	-	(8.508)		3.762.891	-	(6.925)
Moeda	1.339.769	-	(88.707)		480.924	-	(3.650)
Commodities	836.708	-	(11.456)		3.912.664	-	(107.378)
Valor líquido		402.201	(108.671)	173.955		150.957	(117.953)
							(23.202)
Opções							
Prêmios de opções a exercer	24.805.733	40.253	-		4.362.169	37.551	-
Juros	24.554.000	1	-		4.004.000	263	-
Moeda	91.076	3.177	-		301.812	17.726	-
Commodities	160.657	37.075	-		56.357	19.562	-
Prêmios de opções lançadas	25.506.876	-	(44.338)		4.903.440	-	(27.692)
Juros	24.554.000	-	(1)		4.004.000	-	(210)
Moeda	436.285	-	(8.790)		869.041	-	(22.098)
Commodities	516.591	-	(35.547)		30.399	-	(5.384)
Valor líquido		40.253	(44.338)	(1.901)		37.551	(27.692)
							38.264
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		2.320.208	(2.168.108)	228.546		1.877.228	(2.199.505)
							74.026

vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	Individual e Consolidado							
	30/06/2024				31/12/2023			
	Valor de Referência		Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda			Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro ⁽¹⁾	1.622.622	14.730.712	(3.891)		4.479.269	4.852.648	1.278	
Moeda	2.061.030	2.281.471	(8.659)		2.097.581	575.171	2.645	
Cupom cambial futuro	5.001	3.069.493	(41.841)		6.485	1.473.791	(6.815)	
Commodities	1.377.747	-	(2.253)		1.100.268	-	1.080	
Total	5.066.400	20.081.676	(56.644)	(234.622)	7.683.603	6.901.610	(1.812)	192.958

(1) Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI (Nota 6.c.xb).

vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	Individual e Consolidado							
	30/06/2024				31/12/2023			
	De 3 a 12 meses		De 1 a 3 anos		De 3 a 5 anos		De 5 a 15 anos	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total	Total
Swap	510.794	36.112	4.846.839	746.344	1.138.010	7.278.099	6.408.361	
Contratos a termo	3.686.382	1.974.392	763.577	-	-	6.424.351	8.156.479	
Opções	8.717.874	41.246.338	348.397	-	-	50.312.609	9.265.609	
Futuros	4.957.070	2.079.156	1.675.145	107.996	16.328.709	25.148.076	14.585.213	
Total	17.872.120	45.335.998	7.633.958	854.340	17.466.719	89.163.135	38.415.662	

viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas conforme abaixo:

Custodiante	Individual e Consolidado							
	30/06/2024				31/12/2023			
	Contratos a termo		Opções	Futuros	Contratos a termo		Opções	Futuros
	Swaps	Contratos a termo			Swaps	Contratos a termo		
Bolsa	-	-	-	25.148.076	-	-	-	14.585.213
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	23.990.997	-	-	-	13.891.710
Bolsas no exterior	-	-	-	1.157.079	-	-	-	693.503
Balcão	7.278.099	6.424.351	50.312.609	-	6.408.361	8.156.479	9.265.609	-
Instituições Financeiras	1.966.386	773.070	494.997	-	990.953	890.487	229.009	-
Empresas	5.311.713	5.651.281	49.817.612	-	5.417.408	7.265.992	9.036.600	-
Total	7.278.099	6.424.351	50.312.609	25.148.076	6.408.361	8.156.479	9.265.609	14.585.213

ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 tem a seguinte composição:

Título	Individual e Consolidado	
	Valor de Mercado	
	30/06/2024	31/12/2023
LFT - Letra financeira do tesouro	3.059	-
NTN - Nota do tesouro nacional	1.314.171	859.468
Total	1.317.230	859.468

x) Hedge Accounting

x.a) Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002.

O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (Libor, Cupom de UF e UF) e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré-fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD e CLP) e tornando o fluxo de caixa constante.

x.b) Hedge de Risco de Mercado

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/02.

Hedge da carteira de captação - CDB, LCA e LFS: O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições das captações (i) CDBs e LCAs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixados ao CDI; (ii) CDBs: pré-pós fixados ao IPCA e (iii) LFS: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixados ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros e inflação.

Hedge da carteira de operação de crédito – empréstimos (varejo): O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições das da carteira de empréstimos FGTS pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

Hedge da carteira de Aplicação - DIR: O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições das aplicações: (i) DIRs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

	30/06/2024				Individual e Consolidado			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge								
Contratos de swap (ponta ativa)	151.211	296.751	231.475	(65.276)	297.682	340.029	344.224	4.195
Total	151.211	296.751	231.475	(65.276)	297.682	340.029	344.224	4.195
Objeto de Hedge								
Captações CDB	224.067	296.751	290.231	(6.520)	225.144	283.351	280.028	(3.324)
Captações LCA	-	-	-	-	50.000	56.678	57.124	447
Total	224.067	296.751	290.231	(6.520)	275.144	340.029	337.152	(2.877)
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	2.047.869	2.048.776	2.047.869	(907)	1.864.576	1.722.148	1.726.303	4.155
Futuros (DAP)	1.363.207	1.363.207	1.363.207	-	1.071.813	849.480	1.074.819	225.339
Total	3.411.076	3.411.983	3.411.076	(907)	2.936.389	2.571.628	2.801.122	229.494
Objeto de Hedge								
Captações CDB	2.531.795	3.589.641	3.307.820	(281.821)	1.919.508	2.550.628	2.421.694	(128.934)
Captações LCA	135	144	142	(2)	135	138	132	(6)
Captações LFS	80.000	86.816	72.978	(13.838)	20.000	21.000	23.879	2.879
Total	2.611.930	3.676.601	3.380.940	(295.661)	1.939.643	2.571.766	2.445.705	(126.061)
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	-	-	-	-	348.004	348.144	347.913	(231)
Total	-	-	-	-	348.004	348.144	347.913	(231)
Objeto de Hedge								
Aplicações DIR	-	-	-	-	320.000	337.679	338.988	1.309
Total	-	-	-	-	320.000	337.679	338.988	1.309
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	4.475.714	4.477.539	4.475.714	(1.825)	3.787.792	3.789.215	3.782.932	(6.283)
Total	4.475.714	4.477.539	4.475.714	(1.825)	3.787.792	3.789.215	3.782.932	(6.283)
Objeto de Hedge								
Consignado INSS	3.565.787	3.860.549	3.765.164	(95.385)	2.388.344	2.677.583	2.752.891	75.308
Consignado INSS GDF	285.555	297.106	289.445	(7.661)	299.940	322.075	326.346	4.271
Consignado FGTS	566.794	677.668	672.944	(4.724)	590.644	667.052	694.992	27.940
Total	4.418.136	4.835.323	4.727.553	(107.770)	3.278.928	3.666.710	3.774.229	107.519

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

a) Por tipo de operação

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Capital de giro	1.410.512	1.500.443	1.410.512	1.500.443
Conta corrente garantida	34.603	35.071	34.603	35.071
Financiamento em moeda estrangeira	357.924	6.950	357.924	6.950
Financiamentos a exportação	449.133	566.450	449.133	566.450
Títulos descontados	163.015	151.753	163.015	151.753
FGI PEAC ⁽¹⁾	295.747	334.552	295.747	334.552
Empréstimo FGTS ⁽²⁾	667.404	624.353	667.404	624.353
Consignado	5.328.645	3.448.499	5.328.645	3.448.499
Subtotal de operações de crédito	8.706.983	6.668.071	8.706.983	6.668.071
Devedores por compra de valores e bens ⁽³⁾	185.999	227.272	392.739	419.225
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber ⁽⁴⁾	481.628	525.597	481.628	525.597
Compras a faturar - cartão de crédito	3.551	-	3.551	-
Avais e fianças honradas	3.078	3.463	3.078	3.463
Carteira de crédito	9.381.239	7.424.403	9.587.979	7.616.356
Créditos abertos para importação	56.924	91.868	56.924	91.868
Garantias prestadas	462.901	380.526	462.901	380.526
Garantias prestadas e responsabilidades	519.825	472.394	519.825	472.394
Títulos privados ⁽⁵⁾	3.705.678	2.074.377	3.705.678	2.074.377
Títulos com risco de crédito	3.705.678	2.074.377	3.705.678	2.074.377
Total carteira expandida	13.606.742	9.971.174	13.813.482	10.163.127
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito (Nota 8.b)	503.959	341.007	503.959	341.007
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽⁶⁾	(107.770)	107.519	(107.770)	107.519
Total carteira expandida ajustada ao valor justo	14.002.931	10.419.700	14.209.671	10.611.653

(1) Empréstimos realizados, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), instituído por meio da Lei nº 12.042/20 e Resolução CMN nº 4.971/21, garantidos pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

(2) Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado.

(3) Registrados em "Outros créditos - Diversos" (Nota 8.b).

(4) Registrados em "Carteira de câmbio" (Nota 8.a).

(5) Composto por debêntures, cotas de fundo de investimento, ações de companhias abertas, nota comercial, cédula de produto rural, certificado de recebíveis agronegócio, certificado de recebíveis imobiliários e eurobonds, exceto cotas de fundo de investimento não creditório e debêntures com retenção substancial de riscos e benefícios. (Nota 6.a)

(6) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 6.c.xb)

b) Por vencimento

Prazo	Individual				Consolidado			
	30/06/2024		31/12/2023		30/06/2024		31/12/2023	
	A Vencer	Vencidos	Total	Total	A Vencer	Vencidos	Total	Total
Até 3 meses	843.945	123.959	967.904	610.173	843.945	123.959	967.904	610.173
De 3 a 12 meses	641.835	105.727	747.562	932.860	641.835	105.727	747.562	932.860
De 1 a 3 anos	982.353	58	982.411	1.035.100	1.189.093	58	1.189.151	1.227.053
De 3 a 5 anos	979.729	-	979.729	867.309	979.729	-	979.729	867.309
De 5 a 15 anos	5.474.589	-	5.474.589	3.652.519	5.474.589	-	5.474.589	3.652.519
Acima de 15 anos	229.044	-	229.044	326.442	229.044	-	229.044	326.442
Total carteira de crédito	9.151.495	229.744	9.381.239	7.424.403	9.358.235	229.744	9.587.979	7.616.356

c) Por ramo de atividade

	Individual		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Agronegócio	746.508	829.126	746.508	829.126
Imobiliário	457.998	476.189	664.738	668.142
Infraestrutura	60.216	81.178	60.216	81.178
Logística e Transporte	113.079	124.723	113.079	124.723
Mineração	145.429	151.523	145.429	151.523
Telecom e TI	22.705	27.498	22.705	27.498
Indústria	669.420	304.648	669.420	304.648
Serviços	245.968	318.853	245.968	318.853
Químico e Petroquímico	184.037	242.418	184.037	242.418
Energia	15.400	23.477	15.400	23.477
Comércio	134.131	158.392	134.131	158.392
Instituição Financeira	267.712	134.759	267.712	134.759
Saúde e Educação	32.005	36.833	32.005	36.833
Papel e Celulose	120.248	123.399	120.248	123.399
Pessoa física	6.037.552	4.112.858	6.037.552	4.112.858
Outros	128.831	278.529	128.831	278.529
Total carteira de crédito	9.381.239	7.424.403	9.587.979	7.616.356

d) Carteira de crédito por nível de risco e provisionamento

Nível	30/06/2024			Individual		
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	1.801.486	-	1.801.486	-	1.424.238	-
A	6.215.219	28.870	6.244.089	31.216	4.524.731	22.622
B	514.923	11.760	526.683	5.267	590.327	5.903
C	393.081	50.023	443.104	13.293	606.041	18.181
D	48.317	69.659	117.976	11.797	67.538	6.753
E	143.665	38.592	182.257	73.357	139.321	68.893
F	11.062	12.129	23.191	16.232	33.934	23.750
G	20.950	4.479	25.429	25.325	4.521	4.496
H	2.793	14.231	17.024	17.024	33.752	33.752
Total carteira de crédito	9.151.496	229.743	9.381.239	193.511	7.424.403	184.350

Nível	30/06/2024			Consolidado		
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	1.998.850	-	1.998.850	-	1.607.424	-
A	6.217.375	28.870	6.246.245	31.225	4.524.731	22.622
B	515.742	11.760	527.502	5.275	590.327	5.903
C	393.081	50.023	443.104	13.293	606.041	18.181
D	49.256	69.659	118.915	11.891	68.611	6.860
E	143.665	38.592	182.257	73.357	139.321	68.893
F	12.194	12.129	24.323	16.798	33.934	23.750
G	20.950	4.479	25.429	25.326	5.421	5.125
H	7.123	14.231	21.354	21.354	40.546	40.546
Total carteira de crédito	9.358.236	229.743	9.587.979	198.519	7.616.356	191.880

Em 30 de junho de 2024, considerando o cenário econômico, as dificuldades na negociação de créditos e as incertezas indicadas na possível recuperação econômica, foi estabelecido o valor de R\$30.942 (R\$35.236 em 31 de dezembro de 2023) de provisão, considerado satisfatório pela Administração e superior aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

e) Por nível de concentração do total da carteira de crédito

Maiores devedores	30/06/2024		Individual		30/06/2024		Consolidado	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	194.717	2,08	151.523	2,04	194.717	2,03	151.523	1,99
2º ao 10º	722.977	7,71	617.957	8,32	847.643	8,84	731.774	9,61
11º ao 20º	356.894	3,80	392.593	5,29	372.892	3,89	405.963	5,33
21º ao 50º	638.031	6,80	712.272	9,59	654.996	6,83	728.645	9,57
51º ao 100º	467.915	4,99	516.052	6,95	477.244	4,98	524.573	6,89
Demais devedores	7.000.705	74,62	5.034.006	67,81	7.040.487	73,43	5.073.878	66,61
Total carteira de crédito	9.381.239	100,00	7.424.403	100,00	9.587.979	100,00	7.616.356	100,00

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme Resolução CMN nº 2.682/99

	Individual		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024
Saldo inicial	184.350	250.460	191.880	253.826
Constituição/(Reversão)	41.882	14.775	39.360	15.707
Saldos anteriormente baixados contra prejuízo ⁽¹⁾	-	26.515	-	26.515
Baixas para prejuízo	(32.721)	(11.865)	(32.721)	(11.865)
Saldo final	193.511	279.885	198.519	284.183

(1) No período findo em 30 de junho de 2023, refere-se, principalmente, a ativação do saldo, anteriormente baixado contra prejuízo, pela cessão de crédito sem coobrigação, resultando na reversão de provisão (receita) e prejuízo na cessão (despesa).

g) Recuperação de crédito

No período findo em 30 de junho de 2024, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R\$34.820 (R\$1.486 no período findo em 30 de junho de 2023).

h) Renegociação de contratos

Em 30 de junho de 2024, existiam contratos renegociados no valor de R\$268.032 (R\$265.193 em 31 de dezembro de 2023). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

i) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

Operações com transferência e sem retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento atacado: No período findo em 30 de junho de 2024, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine no valor de R\$14.000 (R\$111.127 em 31 de dezembro de 2023). Essas cessões geraram um resultado líquido de reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no valor positivo de R\$6.968 (R\$9.614 em 31 de dezembro de 2023). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Operações com transferência e sem retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento varejo: No período findo em 30 de junho de 2024, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$1.086.954, referentes a Entes Federais. Essas cessões geraram um resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R\$57.868. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$1.783.551, sendo R\$1.763.793 referentes a Entes Federais e R\$19.758 referentes a Entes Estaduais. Essas cessões geraram um resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R\$198.859, sendo R\$198.756 referentes a Entes Federais e R\$103 referentes a Entes Estaduais. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Operações sem transferência e com retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento varejo: No período findo em 30 de junho de 2024, o Banco Pine efetuou a recompra das operações, anteriormente classificadas como operações sem transferências e com retenção substancial de riscos e benefícios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$741.517.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Individual		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Avais e fianças honradas	3.078	3.463	3.078	3.463
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	634.411	628.447	634.411	628.447
Devedores por depósito em garantia (Nota 15.b)	108.975	96.457	112.243	99.615
Diversos (Nota 8.b)	918.330	768.147	1.145.195	962.639
Negociação e intermediação de valores	133.461	77.703	133.461	77.703
Rendas a receber	12.426	13.636	12.459	13.638
Relações interfinanceiras	14.292	4.711	14.292	4.711
Total	1.824.973	1.592.564	2.055.139	1.790.216
Circulante	834.612	779.409	838.859	783.991
Não Circulante	990.361	813.155	1.216.280	1.006.225

a) Carteira de Câmbio

	Individual e Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	577.482	555.079
Direitos sobre venda de câmbio	38.377	58.268
Rendas a receber	19.026	17.286
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(474)	(2.186)
Total	634.411	628.447
Circulante	603.971	623.596
Não Circulante	30.440	4.851
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	39.197	57.354
Obrigações por compra de câmbio	520.338	569.324
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(462.602)	(508.311)
Total	96.933	118.367
Circulante	96.933	109.058
Não Circulante	-	9.309

b) Diversos

	Individual		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Adiantamentos e antecipações salariais	3.537	9.115	3.537	8.982
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	635	600	636	565
Adiantamentos por conta de imobilizações	1	-	1	-
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	185.999	227.272	392.739	419.225
Imposto de renda a compensar ⁽³⁾	195.465	176.424	197.716	178.015
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽⁴⁾	4.760	30	-	-
Titulos e créditos a receber	3.551	-	3.551	-
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito ⁽²⁾	503.959	341.007	503.959	341.007
Devedores diversos - País e exterior	20.423	13.699	43.056	14.845
Total	918.330	768.147	1.145.195	962.639
Circulante	75.753	66.856	79.967	71.436
Não Circulante	842.577	701.291	1.065.228	891.203

(1) Refere-se aos recebíveis pela venda a prazo de Ativos não financeiros mantidos para venda.

(2) Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, refere-se ao prêmio pago na aquisição de operações de crédito de outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a ser reconhecido na rubrica de 'operações de crédito' da Demonstração do Resultado, em razão da fluência do prazo das operações.

(3) Em 30 de junho de 2024, refere-se, principalmente, ao Crédito Presumido, nos termos da Lei 12.838/13, no montante de R\$121.305 (31 de dezembro de 2023 - R\$121.305).

(4) Em 30 de junho de 2024, refere-se, principalmente, a valores a receber de sociedades ligadas sobre programa de pagamento baseado em ações.

9. ATIVOS FISCAIS

a) Créditos Tributários

Com base na Resolução BCB n° 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	30/06/2024			Individual 31/12/2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	75.940	60.752	136.692	71.869	57.495	129.364
Créditos baixados para prejuízo	36.588	36.147	72.735	50.215	47.048	97.263
Prejuízo fiscal/base negativa	206.619	165.192	371.811	205.373	164.183	369.556
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	237.093	-	237.093	237.509	-	237.509
Outras provisões	4.734	3.787	8.521	4.664	3.730	8.394
Total	560.974	265.878	826.852	569.630	272.456	842.086

	30/06/2024			Consolidado 31/12/2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	75.940	60.752	136.692	71.869	57.495	129.364
Créditos baixados para prejuízo	36.588	36.147	72.735	50.215	47.048	97.263
Prejuízo fiscal/base negativa	206.619	165.192	371.811	205.373	164.183	369.556
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	237.093	-	237.093	237.509	-	237.509
Outras provisões	4.741	3.791	8.532	4.664	3.730	8.394
Total	560.981	265.882	826.863	569.630	272.456	842.086

b) Obrigações Fiscais Diferidas

	30/06/2024			Individual		
	31/12/2023			31/12/2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	5.291	4.233	9.524	4.422	3.538	7.960
Ajuste de títulos para negociação	591	473	1.064	8.300	6.640	14.940
Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.508	1.206	2.714	1.010	808	1.818
Mercado futuro - Lei nº 11.196	19.208	15.367	34.575	9.760	7.808	17.568
MTM Derivativos	85.962	68.770	154.732	20.139	16.111	36.250
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	(3.102)	-	(3.102)	127.434	-	127.434
MTM <i>hedge</i> de risco de mercado	42.481	33.985	76.466	28.519	22.816	51.335
Total (Nota 16.a)	151.939	124.034	275.973	199.584	57.721	257.305

	30/06/2024			Consolidado		
	31/12/2023			31/12/2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	5.528	4.374	9.902	4.636	3.668	8.304
Ajuste de títulos para negociação	591	473	1.064	8.300	6.640	14.940
Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.508	1.206	2.714	1.010	808	1.818
Mercado futuro - Lei nº 11.196	19.208	15.367	34.575	9.760	7.808	17.568
MTM Derivativos	85.962	68.770	154.732	20.139	16.111	36.250
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	(3.102)	-	(3.102)	127.434	-	127.434
MTM <i>hedge</i> de risco de mercado	42.481	33.985	76.466	28.519	22.816	51.335
Total (Nota 16.a)	152.176	124.175	276.351	199.798	57.851	257.649

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	842.086	968.209	842.086	969.757
Constituição	19.402	29.632	19.425	32.766
Reversão	(34.636)	(155.755)	(34.648)	(160.437)
Saldo final	826.852	842.086	826.863	842.086

Obrigações fiscais diferidas	Individual		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	257.305	193.115	257.649	193.372
Constituição	33.639	109.855	35.809	113.503
Reversão	(14.971)	(45.665)	(17.107)	(49.226)
Saldo final	275.973	257.305	276.351	257.649

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual			Consolidado		
	30/06/2024			30/06/2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	3.120	1.623	4.743	4.233	3.120	4.233
De 1 a 2 anos	20.607	10.722	31.329	24.846	20.614	24.856
De 2 a 3 anos	25.519	13.277	38.796	27.420	25.519	27.420
De 3 a 4 anos	29.563	15.381	44.944	27.488	29.563	27.488
De 4 a 5 anos	52.338	27.230	79.568	43.075	52.338	43.075
De 5 a 8 anos	235.012	110.162	345.174	155.589	235.012	155.589
De 8 a 10 anos	194.815	87.483	282.298	71.005	194.815	71.005
Total	560.974	265.878	826.852	353.656	560.981	353.666

Obrigações fiscais diferidas	Individual			Consolidado		
	30/06/2024			30/06/2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	897	732	1.629	897	732	1.629
De 1 a 2 anos	5.921	4.834	10.755	6.158	4.975	11.133
De 2 a 3 anos	7.333	5.986	13.319	7.333	5.986	13.319
De 3 a 4 anos	8.495	6.934	15.429	8.495	6.934	15.429
De 4 a 5 anos	15.039	12.277	27.316	15.039	12.277	27.316
De 5 a 8 anos	60.842	49.667	110.509	60.842	49.667	110.509
De 8 a 10 anos	53.412	43.604	97.016	53.412	43.604	97.016
Total	151.939	124.034	275.973	152.176	124.175	276.351

10. INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao Método de equivalência patrimonial

	30/06/2024					
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do período	Valor do investimento
Subsidiárias						
Pine Planejamento e Serviços Ltda. ⁽⁹⁾	100,0000	10.000	10	494	482	494
Pine Investimentos DTVM Ltda.	100,0000	892.300	4.765	6.794	98	6.794
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	100,0000	500.000	500	13.596	4.351	13.596
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. ^{(1) (2)}	100,0000	819.995.144	565.797	586.112	23.083	586.112
Pine Corretora de Seguros Ltda. ⁽⁸⁾	99,9800	492.156	18.102	20.130	(327)	20.130
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	100,0000	53.200.000	53.200	61.060	(206)	61.060
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. ⁽⁷⁾	100,0000	227.891.066	97.993	97.668	119	97.668
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais LTDA. ⁽⁵⁾	100,0000	10.000	10	10	-	10
Coligadas - Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial						
Amigoz Ltda. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) ^{(4) (6)}	50,2900	2.680.456	5.330	1.613	(612)	4.165
BYX Capital Ltda. ^{(3) (6) (10)}	32,7400	1.403.141	4.286	63.825	41.991	32.107
Total					68.979	822.136

							31/12/2023
		Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas e coligadas
	Participação %						
Subsidiárias							
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	100,0000	10.000	10	426	(185)	426	(185)
Pine Investimentos DTVM Ltda.	100,0000	892.300	4.765	6.696	238	6.696	238
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	100,0000	500.000	500	9.245	5.719	9.245	5.719
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. ^{(1) (2)}	100,0000	819.995.144	565.797	563.029	(2.052)	563.029	(2.052)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	100,0000	492.157	18.102	20.457	(2.064)	20.457	(2.064)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	100,0000	53.200.000	53.200	61.265	9.505	61.265	9.505
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	100,0000	86.030.600	36.993	36.549	(1.890)	36.549	(1.890)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais LTDA. ⁽⁵⁾	100,0000	10.000	10	10	-	10	-
Coligadas - Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial							
Amigoz Ltda. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) ⁽⁴⁾	40,0000	6.668	17	(3.087)	(4.622)	1.494	(614)
BYX Capital Ltda. ⁽³⁾	30,0000	1.285.715	4.286	41.724	26.977	20.255	5.258
Total					31.626	719.426	13.915

(1) Em reunião de sócios realizada em 09 de janeiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$29.891, mediante emissão de 43.319.875 novas quotas. Referidas novas quotas são subscritas exclusivamente pelo sócio Banco Pine S.A., estando dispensada a integralização de tal parcela devida decorrente deste aumento de capital, considerando que: (i) em razão da redução de capital deliberada em 03 de outubro de 2022, a Sociedade deve restituir parte do valor das quotas aos sócios ou dispensar as prestações ainda devidas; (ii) houve a restituição de parte do valor das quotas ao sócio Banco Pine S.A. Dessa forma, o valor remanescente a ser reembolsado ao sócio Banco Pine S.A., será realizado através de dispensa da parcela de integralização devida, em razão deste aumento de capital.

(2) Em reunião de sócios realizada em 01 de fevereiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$145.506, mediante emissão de 210.878.619 novas quotas. Referidas novas quotas, são subscritas e integralizadas exclusivamente pelo sócio Banco Pine S.A..

(3) Em 30 de junho de 2024, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R\$11.211 (R\$7.737 em 31 de dezembro de 2023).

(4) Em 30 de junho de 2024, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R\$3.354 (R\$1.494 em 31 de dezembro de 2023).

(5) Em 26 de dezembro de 2023, O Bacen aprovou a participação do Banco Pine em uma sociedade do Conglomerado, constituída sob a denominação Eco Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda, cujo objeto social é (i) a comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; (ii) assessoria e consultoria na comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; (iii) a intermediação de negócios na comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; e (iv) a participação em outras sociedades como acionista ou quotista que possuam como objeto social atividades complementares e/ou sinérgicas ao objeto social da Sociedade; os ativos ambientais aqui mencionados compreendem, mas não se limitam a, Créditos de Carbono, Créditos de Descarbonização ("CBIOS"). O tempo de duração da Sociedade é indeterminado. O Banco Pine é sócio único, com 100% das quotas sociais.

(6) O Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de janeiro de 2024, aprovou: (a) a participação do Banco Pine nas sociedades Byx Corretora de Seguros Ltda. ("Byx Corretora"), no percentual de até 40% e Amigoz Corretora de Seguros Ltda. ("Amigoz Corretora"), no percentual de até 65%, participações estas indiretas, em razão da participação do Banco Pine na Byx Capital S.A. ("Byx Capital"), a qual será a sócia única da Byx Corretora; e (ii) na Byx Produtos S.A. ("Byx Produtos"), a qual será a sócia única da Amigoz Corretora; (b) o aumento da participação do Banco Pine nas sociedades: Byx Produtos, em 25%, passando a participação de 40%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 27 de abril de 2023, para até 65%; (ii) Byx Capital, em 10%, passando a participação de 30%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 29 de junho de 2023, para até 40%; e Byx Originação Ltda. ("Byx Originação"), em 10%, passando a participação de 30%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 25 de outubro de 2023, para até 40%, esclarecendo-se que a participação do Banco Pine é indireta, em razão da participação do Banco Pine na Byx Capital, a qual será a sócia única da Byx Originação; todos os aumentos de participação foram aprovados pelo Bacen em 03 de maio de 2024. Com relação à Byx Produtos, cuja denominação foi alterada para Amigoz S.A. ("Amigoz") e o tipo jurídico para limitada, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024, a participação atual do Banco Pine é de 50,29%, decorrente do aumento de capital deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data, no valor de R\$5.330, tendo o Banco Pine integralizado R\$2.672. Do montante total de capital social, R\$638 de outros acionistas, será integralizado até 31 de dezembro de 2025. No que tange à Byx Capital, cujo tipo jurídico foi transformado para limitada em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2023, a participação atual do Banco Pine é de 32,74%, decorrente da cessão e transferência de 153.428 quotas, pelo montante de R\$5.660, de titularidade da Byx Capital, mantidas em tesouraria, ao Banco Pine, conforme 3ª alteração contratual de 18 de março de 2024. Por fim, em relação à Byx Originação, considerando que a Byx Capital é a sócia única da referida Sociedade, a participação do Banco Pine é refletida por meio da participação na Byx Capital, ou seja, 32,74%.

(7) Em 21 de março de 2024, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$61.000, mediante emissão de 141.860.466 novas quotas. Referidas novas quotas, são subscritas e integralizadas pelo sócio único Banco Pine S.A., que integraliza os montantes de R\$43.486 em moeda corrente nacional e R\$17.514 por meio da cessão do direito de opção de compra de ativos.

(8) Em instrumento particular datado de 22 de maio de 2024, foi deliberado sobre a alteração de sociedade limitada unipessoal para sociedade limitada, em razão do ingresso de mais um sócio.

(9) Em Instrumento de deliberação datado de 15 de maio de 2024, foi aprovado a distribuição de lucros à conta de Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias, no montante de R\$414, ao sócio único, que não foi liquidado até 30 de junho de 2024.

(10) No primeiro semestre de 2024, houve o recebimento de dividendos no montante de R\$5.956.

b) Outros Investimentos

	Individual e Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
CIP S.A. ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾	289	250
Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI)	1.000	1.000
Total	1.289	1.250

(1) Em 28 de fevereiro de 2023, foi aprovado aumento de capital social da CERTA, dentro do limite de capital autorizado nos termos de seu Estatuto Social, no montante de R\$114. O aumento de capital ocorreu no segundo trimestre de 2023.

(2) Em 6 de julho de 2023, foi aprovado aumento de capital social da CERTA, dentro do limite de capital autorizado nos termos de seu Estatuto Social, no montante de R\$14.

(3) Em 3 de agosto de 2023, a CIP S.A. incorporou a totalidade de ações de emissão da CERTA, tornando-a sua subsidiária integral. Em 10 de agosto de 2023, o Banco Pine recebeu o montante de R\$190, referentes às ações preferenciais resgatadas, com prejuízo de R\$157 na incorporação e passou a possuir 7.392 ações da CIP S.A. Em 18 de dezembro de 2023, houve pagamento de dividendos da CIP S.A. no montante de R\$140. Em 30 de junho de 2024, houve valorização das ações da CIP S.A., no montante de R\$39.

11. OUTROS ATIVOS

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Individual		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Imóveis	296.123	298.494	817.559	735.551
Provisão para perdas	(3.859)	(6.355)	(5.315)	(6.740)
Total	292.264	292.139	812.244	728.811
Não Circulante	292.264	292.139	812.244	728.811

b) Despesas antecipadas

	Individual		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Prêmios pagos	32.502	40.152	48.207	55.543
Aluguéis ⁽¹⁾	8.789	9.296	8.789	9.296
Impostos	576	-	588	-
Outras ⁽²⁾	28.898	9.756	28.989	9.764
Total	70.765	59.204	86.573	74.603
Circulante	29.596	15.373	31.504	16.227
Não Circulante	41.169	43.831	55.069	58.376

(1) Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, a aquisição de direito de uso de camarotes e espaço do Allianz Parque.

(2) Em 30 de junho de 2024, refere-se a custos para estruturação de Debêntures e Letras Financeiras Subordinadas.

12. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	Individual e Consolidado					
	31/12/2023	01/01 a 30/06/2024			30/06/2024	
	Saldo				Saldo	
	contábil	Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	6.968	34	(557)	24.056	(17.611)	6.445
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	6.968	34	(557)	24.056	(17.611)	6.445
Outros Imobilizados de Uso	1.743	10	(122)	6.150	(4.519)	1.631
Sistema de Segurança e Comunicação	1.743	10	(122)	3.872	(2.241)	1.631
Sistema de Processamento de Dados	-	-	-	2.278	(2.278)	-
Total	8.711	44	(679)	30.206	(22.130)	8.076

13. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os recursos de instituições financeiras são compostos pelos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

	Individual		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos (Nota 13.a)	13.908.822	9.754.349	13.865.386	9.683.623
Captações no mercado aberto (Nota 13.b)	4.352.228	4.046.998	4.352.228	4.046.998
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13.c)	2.242.742	3.096.406	2.242.742	3.096.406
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13.d)	347.701	-	347.701	-
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	(288.341)	(132.258)	(288.341)	(132.258)
Total ajustado ao valor justo	20.563.152	16.765.495	20.519.716	16.694.769
Circulante	10.204.526	8.181.631	10.197.321	8.173.880
Não Circulante	10.358.626	8.583.864	10.322.395	8.520.889

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xb).

a) Depósitos

Composição por Vencimento	Individual			Consolidado		
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros
Sem vencimento	83.658	-	-	79.493	-	-
Até 30 dias	-	128.802	-	-	128.803	-
De 31 a 60 dias	-	444.074	50.457	-	444.049	50.457
De 61 a 90 dias	-	384.629	502.786	-	384.629	502.786
De 91 a 180 dias	-	1.083.754	-	-	1.081.907	-
De 181 a 360 dias	-	1.413.764	-	-	1.412.596	-
Acima de 360 dias	-	9.481.193	335.705	-	9.444.961	335.705
Total	83.658	12.936.216	888.948	79.493	12.896.945	888.948

Composição por Vencimento	Individual			Consolidado		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	interfinanceiros
Sem vencimento	90.883	-	-	90.167	-	-
Até 30 dias	-	212.052	341	-	212.052	341
De 31 a 60 dias	-	103.347	-	-	103.347	-
De 61 a 90 dias	-	198.140	-	-	198.140	-
De 91 a 180 dias	-	514.743	339.579	-	510.183	339.579
De 181 a 360 dias	-	1.030.484	-	-	1.028.006	-
Acima de 360 dias	-	6.945.908	318.872	-	6.882.936	318.872
Total	90.883	9.004.674	658.792	90.167	8.934.664	658.792

b) Captações no Mercado Aberto

	Individual e Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Carteira Própria		
LFT - letra financeira do tesouro	92.271	-
NTN - notas do tesouro nacional	3.245.203	3.320.813
Debêntures	1.014.754	726.185
Total	4.352.228	4.046.998
Circulante	4.352.228	4.046.998

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Individual e Consolidado					
	30/06/2024					31/12/2023
	Até	De 3 a	De 1 a	De 3 a	Total	Total
	3 meses	12 meses	3 anos	5 anos		
Letras de crédito imobiliário	183.942	517.061	240.139	-	941.142	1.459.154
Letras de crédito do agronegócio	122.269	381.774	20.892	-	524.935	909.917
Letras financeiras	-	216.030	560.637	-	776.667	726.894
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	-	(2)	-	(2)	441
Total ajustado ao valor justo	306.211	1.114.865	821.666	-	2.242.742	3.096.406

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xb).

d) Obrigação por Empréstimos e Repasses

	Individual e Consolidado				
	30/06/2024				31/12/2023
	Até	De 3 a	De 1 a		
	3 meses	12 meses	3 anos	Total	Total
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação	347.701	-	-	347.701	-
Total	347.701	-	-	347.701	-

14. DÍVIDA SUBORDINADA

Por prazo	Individual e Consolidado				30/06/2024	31/12/2023
	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos		
Letras Financeiras Subordinadas	53.929	27.817	43.285	403.021	528.052	345.294
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	-	-	(13.838)	(13.838)	2.879
Total ajustado ao valor justo	53.929	27.817	43.285	389.183	514.214	348.173

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xb).

Papel	Individual e Consolidado					30/06/2024
	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	
Letras Financeiras						
	26.515	2018	2024	CDI	150% a 159%	27.577
	21.076	2019	2024 até 2026	CDI	140% a 150%	29.947
	1.500	2019	2025	IPCA+	10%	2.085
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.016
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	32.395
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	163% a 190%	31.684
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	86.355
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	143.179
	157.900	2024	2031 até 2039	CDI	100% a 155%	159.976
Total	469.546					514.214

	Individual e Consolidado					
Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2023
Letras Financeiras	26.515	2018	2024	CDI	150% a 152%	27.611
	21.076	2019	2024 até 2026	CDI	140 a 150%	28.641
	1.500	2019	2025	IPCA+	10%	2.027
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.019
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	31.492
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	162% a 187%	33.808
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	80.592
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	142.983
	311.646					348.173
	Total					

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Individual		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 15.b)	-	-	660	709
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15.b)	10.128	8.593	10.128	8.593
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15.b)	4.122	4.026	4.122	4.026
Fianças Prestadas (Nota 21)	12.560	9.779	12.560	9.779
Total	26.810	22.398	27.470	23.107
Não Circulante	26.810	22.398	27.470	23.107

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não existiam ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Depósitos Judiciais		Individual		Depósitos Judiciais		Consolidado	
	Provisão		Provisão		Provisão		Provisão	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Contingências Fiscais e Obrigações Legais	56.829	55.585	-	-	60.097	58.743	660	709
Contingências Trabalhistas	11.077	5.448	10.128	8.593	11.077	5.448	10.128	8.593
Contingências Cíveis ⁽¹⁾	41.069	35.424	4.122	4.026	41.069	35.424	4.122	4.026
Fianças Prestadas (Nota 21)	-	-	12.560	9.779	-	-	12.560	9.779
Total	108.975	96.457	26.810	22.398	112.243	99.615	27.470	23.107

(1) Em 30 de junho de 2024, refere-se principalmente a depósito judicial para a garantia de ação de execução, movida para a cobrança de dívida. Parcela substancial deste valor encontra-se em fase de levantamento pela parte contrária, em razão do julgamento definitivo e desfavorável da defesa apresentada no processo.

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medidas executivas, em relação às quais o Pine e a Pine Investimentos apresentaram defesas e aguardam decisões definitivas. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não havia depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 30 de junho de 2024, os depósitos relativos ao PIS representavam R\$54.809 no Individual e R\$55.169 no Consolidado (R\$53.600 no Individual e R\$53.951 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023).

Adicionalmente, em 30 de junho de 2024, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$8.007 no Individual e no Consolidado (R\$3.604 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2023).

c) Movimentação das provisões passivas

	30/06/2024				Individual			
					31/12/2023			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	-	8.593	4.026	12.619	-	8.206	5.792	13.998
Constituição (reversão)	-	895	(13)	882	-	(576)	(1.166)	(1.742)
Atualização	-	640	109	749	-	963	(600)	363
Saldo final	-	10.128	4.122	14.250	-	8.593	4.026	12.619

	30/06/2024				Consolidado			
					31/12/2023			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	709	8.593	4.026	13.328	-	8.206	5.792	13.998
Constituição (reversão)	(49)	895	(13)	833	709	(576)	(1.166)	(1.033)
Atualização	-	640	109	749	-	963	(600)	363
Saldo final	660	10.128	4.122	14.910	709	8.593	4.026	13.328

d) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

Trabalhistas: Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Pine não possuía processos fiscais classificados como possíveis.

16. OUTROS PASSIVOS

	Individual		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2.068	389	2.068	389
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	96.933	118.367	96.933	118.367
Credores diversos - país e exterior ⁽²⁾	180.774	117.922	181.546	118.268
Fiscais e previdenciárias (Nota 16.a)	282.060	269.910	298.809	284.132
Negociação e intermediação de valores	101.537	16.895	101.537	16.895
Sociais e estatutárias (Nota 17.d)	16.852	36.339	16.852	36.339
Outros	33.251	50.774	33.599	50.707
Obrigações por operações vinculadas a cessão - Operações de crédito ⁽¹⁾	-	748.380	-	-
Total	713.475	1.358.976	731.344	625.097
Circulante	413.789	1.084.608	422.741	343.837
Não Circulante	299.686	274.368	308.603	281.260

(1) A Resolução CMN nº 3.533/08, estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. Durante o período findo em 30 de junho de 2024, o Banco Pine efetuou a recompra dessas operações e com isso deixou de ser eliminado para fins de consolidação da Demonstração Financeira. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco Pine estruturou cessão e securitização com o mercado, cujo montante foi eliminado para fins de consolidação da Demonstração Financeira.

(2) Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, refere-se, substancialmente, a custo de cessão a repassar.

a) Fiscais e previdenciárias

	Individual		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	427	492	462	508
Impostos e contribuições sobre salários	3.211	3.590	3.360	3.663
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	54	8.329	6.684
ISS	77	6.510	300	6.585
IRRF	679	783	679	783
PIS e Cofins a recolher	1.706	1.166	1.997	1.259
Provisão para Pis e Cofins	-	-	7.344	6.991
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 9.b)	275.973	257.305	276.351	257.649
Outros	(13)	10	(13)	10
Total	282.060	269.910	298.809	284.132
Circulante	6.087	12.552	14.332	19.917
Não Circulante	275.973	257.358	284.477	264.215

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 30 de junho de 2024, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$899.303 (R\$852.335 em 31 de dezembro de 2023) e está dividido em 210.259.935 ações nominativas, sendo 105.835.051 ordinárias e 104.424.884 preferenciais (186.776.151 em 31 de dezembro de 2023) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de abril de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$2.564, mediante emissão de 1.281.891 novas ações nominativas, sendo 427.297 ordinárias e 854.594 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2024 a 28 de março de 2024 ("Quinto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 23 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de janeiro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$44.404, mediante emissão de 22.201.893 novas ações nominativas, sendo 7.400.631 ordinárias e 14.801.262 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023 ("Quarto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 26 de janeiro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de outubro de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$566, mediante emissão de 1.326 novas ações nominativas, sendo 94.258 ordinárias e 33.896 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de setembro de 2023 a 30 de setembro de 2023 ("Terceiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 13 de novembro de 2023.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de julho de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$102, mediante emissão de 50.844 novas ações nominativas, sendo 16.948 ordinárias e 33.896 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de junho de 2023 a 30 de junho de 2023 ("Segundo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de julho de 2023.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de abril de 2023, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$2, mediante emissão de 1.326 novas ações nominativas, sendo 442 ordinárias e 884 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2023 a 31 de março de 2023 ("Primeiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 9 de maio de 2023.

b) Reservas de capital

As reservas de capital podem ser compostas por: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente podem ser usadas para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias. Em 30 de junho de 2024, as reservas de capital do Banco Pine, são compostas pelo diferimento dos planos de remuneração baseados em ações.

c) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

d) Juros sobre o capital próprio

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.852, à base de R\$0,0814303422, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 15 de julho de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de abril de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.615, à base de R\$0,08005042888, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 18 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2023, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$42.752, à base de R\$0,2080922546, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 15 de janeiro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de julho de 2023, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$18.448, com base em Reservas Estatutárias, à base de R\$0,1006339271, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 10 de agosto de 2023.

De acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no período findo em 30 de junho de 2024 em R\$15.060 (R\$27.540 em 31 de dezembro de 2023).

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, houve deliberação de juros sobre o capital próprio, conforme quadro a seguir:

Descrição	Individual e Consolidado					
			30/06/2024			
	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	01/07/2024	15/07/2024	0,081430	16.852	0,068127	14.324
Juros sobre o Capital Próprio	08/04/2024	18/04/2024	0,080050	16.615	0,068039	14.141
Total				33.467		28.465

Descrição	Individual e Consolidado					
			31/12/2023			
	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	21/12/2023	15/01/2024	0,208092	42.752	0,176878	36.339
Juros sobre o Capital Próprio	17/07/2023	10/08/2023	0,100634	18.448	0,085610	15.966
Total				61.200		52.305

A seguir apresentamos a conciliação dos juros sobre o capital próprio para o período findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	30/06/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	126.812	180.878
Reserva legal	(6.341)	(9.044)
Base de cálculo	120.471	171.834
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	33.467	61.200

(1) O montante de juros sobre o capital próprio distribuído em 30 de junho de 2024, será imputado ao dividendo mínimo obrigatório relacionado ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2024. O valor é sujeito à retenção de IRRF de 15% sobre o valor apresentado na Nota Explicativa, conforme descrito no Aviso aos Acionistas de 08 de abril de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, o montante de juros sobre o capital próprio distribuído, atingiu os 25% de mínimos obrigatórios e foram pagos em 08 de fevereiro de 2023. O valor é sujeito à retenção de IRRF de 15% sobre o valor apresentado na Nota Explicativa, conforme descrito no Aviso aos Acionistas de 20 de janeiro de 2023.

e) Ações em tesouraria

Em 18 de março de 2024, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 7.000.000 de ações de própria emissão de qualquer espécie, tanto ordinária quanto preferencial, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o parágrafo 5º do artigo 7º do Estatuto Social, bem como com a Resolução CVM nº 77/22. A referida aquisição objetiva viabilizar o pagamento de remuneração variável aos Administradores do Banco Pine, em linha com a Resolução CMN nº 3.921/10.

No primeiro trimestre de 2023, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 4.000.000 de ações preferenciais de própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o parágrafo 5º do artigo 7º do Estatuto Social, bem como com a Resolução CVM nº 77/22. A referida aquisição objetiva viabilizar o pagamento de remuneração variável aos Administradores do Banco Pine, em linha com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Em abril de 2024, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no montante de R\$7.247, referente a planos de remuneração baseada em ações, concedidos em 16 de junho de 2023 e 21 de julho de 2023, de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em março de 2024, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no montante de R\$7.323, referente a planos de remuneração baseada em ações, concedidos em 28 de fevereiro de 2023 e 29 de fevereiro de 2024, de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em maio de 2023, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no montante de R\$935, referente ao plano de remuneração baseada em ações, concedido em 28 de fevereiro de 2023, de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Durante o período findo em 30 de junho de 2024, o Banco pine recomprou 4.920.000 ações, no montante de R\$22.438, a um custo médio de R\$4,56. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco pine recomprou 3.911.584 ações, no montante de R\$6.844, a um custo médio de R\$1,99.

Descrição	Individual e Consolidado		
	30/06/2024		
	Valor	Quantidade	Custo médio
Ações em tesouraria no início do período	6.844	3.533	
Aquisições de ações	22.438	4.920	4,56
Liberações - Remuneração baseada em ações	(14.570)	(5.036)	2,89
Ações em tesouraria no final do período	14.712	3.417	

f) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual e Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	(6.275)	(9.937)
Títulos e valores mobiliários	(6.275)	(9.937)
Efeito Tributário	2.819	4.478
Outros	-	(17)
Empresas coligadas		
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	-	(2.386)
Títulos e valores mobiliários	-	(2.386)
Efeito Tributário	-	812
Outros ⁽¹⁾	(914)	-
Total	(4.370)	(7.050)

(1) Em 30 de junho de 2024, refere-se a efeitos contábeis reflexos decorrentes de registros ocorridos entre contas do patrimônio líquido de empresas coligadas.

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito

	Individual e Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Adiantamentos a depositantes	1.375	11.466
Rendas de empréstimos	636.377	470.903
Rendas de financiamentos	80.960	56.822
Total	718.712	539.191

b) Operações de captação no mercado

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Despesas de depósitos interfinanceiros	52.645	17.630	52.645	17.630
Despesas de depósitos a prazo	414.961	489.061	410.981	487.715
Despesas de operações compromissadas	237.230	218.504	237.230	218.504
Despesas de operações com TVM no exterior	-	21	-	21
Despesas de contribuição ao FGC	8.464	5.846	8.464	5.846
Despesas com LCA	39.982	51.050	39.982	51.050
Despesas com LF	66.074	51.226	66.074	51.226
Despesas com LCI	61.614	49.238	61.614	49.238
Total	880.970	882.576	876.990	881.230

c) Operações de empréstimos e repasses

	Individual e Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	-	9
Despesas de repasses do exterior	-	249
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	35.111	(180)
Total	35.111	78

(1) Contempla variação cambial.

d) Receitas de prestação de serviços

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Comissão de fiança	4.109	3.531	4.109	3.531
Comissão de intermediação	200	3.783	800	3.783
Rendas de cobrança	1.668	2.262	1.668	2.262
Rendas com tarifas	1.709	1.855	1.710	1.855
Rendas de assessoria	-	-	16.007	2.541
Outras ⁽¹⁾	1.019	464	3.809	3.518
Total	8.705	11.895	28.103	17.490

(1) Nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, no consolidado, refere-se, principalmente, à receitas de prestação de serviços de corretagem de seguros da Pine Corretora.

e) Despesas de pessoal

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Proventos	30.122	27.704	31.200	28.550
Benefícios	8.710	8.138	8.706	8.164
Encargos sociais	15.345	12.322	16.414	12.605
Honorários da diretoria	6.126	4.764	6.531	5.016
Estagiários	248	354	248	354
Total	60.551	53.282	63.099	54.689

f) Outras despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Despesas de água, energia e gás	196	130	196	130
Despesas com aluguéis	4.752	3.603	4.752	3.546
Despesas de arrendamento de bens	269	302	269	302
Despesas de comunicações	3.387	3.337	3.387	3.337
Despesas de manutenção e conservação de bens	863	387	863	402
Despesas de material	147	62	147	74
Despesas de processamento de dados	15.072	10.152	15.072	10.153
Despesas de relações públicas	1.059	487	1.076	504
Despesas de seguros	2.445	4.086	2.466	4.107
Despesas com serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	33.323	24.972	33.325	24.974
Despesas com serviços de terceiros	4.531	1.278	4.889	1.499
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.351	1.332	1.351	1.332
Despesas com serviços técnicos especializados	9.127	11.809	9.221	11.917
Despesas de transporte	457	296	457	296
Despesas de viagens	660	465	660	465
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	9.076	8.804	12.160	8.804
Despesas de amortização e depreciação	2.840	1.062	2.840	1.062
Emolumentos judiciais e cartórios	111	142	111	146
Outras despesas administrativas	4.484	4.446	4.491	4.493
Total	94.150	77.152	97.733	77.543

(1) Nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, refere-se, principalmente, a despesas com comissões com parceiros de operações de varejo.

g) Despesas tributárias

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
ISS	599	955	1.462	1.137
Cofins	8.213	9.938	9.230	10.757
PIS	1.335	1.615	1.555	1.792
Outros ⁽¹⁾	542	1.456	768	1.942
Total	10.689	13.964	13.015	15.628

(1) No período findo em 30 de junho de 2024, refere-se, substancialmente, a Despacho Decisório Indeferido.

h) Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Recuperação de encargos e despesas	12.387	2.151	32.699	2.151
Atualização monetária ativa ⁽¹⁾	14.019	16.554	14.129	16.664
Atualização de créditos judiciais	13	704	13	704
Reversão provisão fiança	915	-	915	-
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	589	5.571	589	5.630
Outras rendas operacionais ⁽²⁾	5.709	17.758	5.336	17.586
Total	33.632	42.738	53.681	42.735

(1) Nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, refere-se principalmente, à atualização monetária sobre o estoque dos impostos a compensar.

(2) No período findo em 30 de junho de 2024, refere-se principalmente, à equalização dos valores a pagar de ILP, devidamente protegidos pela aquisição das ações. No período findo em 30 de junho de 2023, refere-se principalmente, à reversão de impairment de títulos e valores mobiliários.

i) Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Provisão de processos trabalhistas e cíveis	1.471	1.677	1.500	1.810
Provisão de fiança	3.696	223	3.696	223
Outras despesas operacionais	5.956	1.028	7.631	2.721
Total	11.123	2.928	12.827	4.754

j) Resultado não operacional

Nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, o resultado não operacional corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito e imobilizados de uso.

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas não operacionais	7.787	18.145	21.589	39.054
Despesas não operacionais	(2.556)	(2.100)	(14.118)	(13.878)
Total	5.231	16.045	7.471	25.176

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Resultado antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	159.055	112.032	162.890	115.266
Lucro líquido antes da tributação	159.055	112.032	162.890	115.266
Alíquota vigente (Nota 3.s)	45%	45%	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(71.575)	(50.414)	(73.301)	(51.870)
Diferenças permanentes	39.332	11.819	37.223	10.041
Juros sobre o capital próprio	15.060	-	15.060	-
Outros ajustes ⁽¹⁾	24.272	11.819	22.163	10.041
Imposto de renda e contribuição social	(32.243)	(38.595)	(36.078)	(41.829)

(1) Nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, refere-se, principalmente, à equivalência das empresas controladas e exclusão da receita de atualização de impostos a compensar.

20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotada pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e
- b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações:
- i. 10% do valor será pago em instrumentos baseados em ações de forma a vista; e
- ii. 40% do valor será pago em instrumentos baseados em ações diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

No período findo em 30 de junho de 2024, referente a remuneração variável, foi apurado o montante de R\$8.284 (R\$4.109 em 30 de junho de 2023) e a despesa no montante de R\$21.666 (R\$2.226 em 30 de junho de 2023) de acordo com os critérios definidos no plano.

	Individual e Consolidado	
	01/01 a	01/01 a
	30/06/2024	30/06/2023
Remuneração fixa	6.126	4.825
Remuneração variável	8.284	4.109
Benefícios de curto prazo	8.797	2.653
Total	23.207	11.587

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, principalmente com as empresas discriminadas na Nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Taxa de juros		Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	% CDI	Prazos até	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023
Administradores ⁽¹⁾			(6.659)	(20.007)	(220)	160
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(68)	(67)	-	-
Depósitos a prazo	100% a 120% CDI e 100% IPCA	26/03/2031	(3.909)	(17.826)	(138)	(1)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	98% a 100% CDI	28/05/2025	(119)	(58)	(1)	25
Recursos de letras de crédito imobiliário	95% a 102% CDI	16/04/2027	(925)	(463)	(36)	192
Recursos de letras financeiras	100% CDI e 100% IPCA	14/06/2028	(1.638)	(1.593)	(45)	(56)
Familiares imediatos ⁽¹⁾			(21.189)	(16.009)	(386)	1.099
Operações de crédito	CDI + 4,00% a.a.	09/07/2024	7.907	-	(67)	-
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(16.455)	(5.026)	-	-
Depósitos a prazo	100% a 120% CDI	22/09/2027	(3.193)	(1.778)	(54)	1.392
Recursos de letras de crédito do agronegócio	100% CDI	08/07/2024	(11)	(32)	(1)	-
Recursos de letras de crédito imobiliário	98% a 102% CDI	18/05/2026	(495)	(471)	(24)	-
Recursos de letras financeiras	100% IPCA	14/06/2028	(8.942)	(8.702)	(240)	(293)

	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023
Empresas ligadas			(36.188)	(68.172)	(3.481)	(2.611)
Valores a receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			2	3	11	17
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			2.032	25	240	46
Pine Planejamento e Serviços Ltda.			6	-	6	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.			18	-	66	-
Pine Ativos Imobiliários Ltda.			2.701	2	52	14
Depósitos à vista						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.		Sem vencimento	(1)	-	-	-
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.		Sem vencimento	(2.617)	(10)	-	-
Pine Planejamento e Serviços Ltda.		Sem vencimento	(741)	(203)	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	(515)	(421)	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.		Sem vencimento	(289)	(81)	-	-
Depósitos a prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99% CDI	20/10/2028	(4.161)	(4.265)	(214)	(108)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99% CDI	07/05/2027	(11.128)	(8.912)	(484)	-
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99% CDI	-	-	-	-	(10)
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	09/06/2026	(3.835)	(17.600)	(424)	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	03/11/2028	(6.541)	(5.234)	(291)	(2.209)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	20/10/2028	(8.578)	(10.325)	(470)	(89)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	99% CDI	20/05/2026	(2.530)	(21.151)	(1.972)	(272)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	112% CDI	11/01/2027	(11)	-	(1)	-
Empresas coligadas			4.026	1.211	-	-
Valores a Receber						
Amigoz Ltda.			4.028	534	-	-
Depósitos à vista						
Amigoz Ltda.	-	Sem vencimento	-	(2)	-	-
BYX Capital Ltda.	-	Sem vencimento	(2)	-	-	-
Depósitos a prazo						
BYX Capital Ltda.	99% a 102% CDI	20/11/2028	-	(6.139)	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos						
BYX Capital Ltda.			-	6.818	-	-

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas						30/06/2024
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	104.562.142	98,80	32.809.866	31,42	137.372.008	65,33
Pessoa Jurídica	643.376	0,61	13.794.694	13,21	14.438.070	6,87
Conselho de Administração	-	-	118.405	0,11	118.405	0,06
Conselho Fiscal	392.929	0,37	6.838.881	6,55	7.231.810	3,44
Administradores	200	-	8.494.668	8,13	8.494.868	4,04
Total	105.598.647	99,78	62.056.514	59,42	167.655.161	79,74

Acionistas						31/12/2023
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	97.895.475	100,00	20.662.132	23,28	118.557.607	63,48
Pessoa Jurídica	-	-	13.215.548	14,89	13.215.548	7,08
Conselho de Administração	-	-	201.405	0,23	201.405	0,11
Administradores	-	-	3.285.245	3,70	3.285.245	1,76
Total	97.895.475	100,00	37.364.330	42,10	135.259.805	72,43

21. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A provisão para perdas prováveis associadas a garantias financeiras prestadas, operações que requerem que o prestador da garantia efetue pagamentos definidos contratualmente a fim de reembolsar o detentor de um instrumento de dívida ou outro instrumento de natureza semelhante por perda decorrente do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, é constituída por modelo estatístico interno cuja metodologia se baseia em práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, no risco da contraparte, no comportamento histórico da carteira, na modalidade ou produto da garantia financeira prestada e nas expectativas futuras de perdas. O modelo é revisado periodicamente conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 4.512/16.

Tipo de Garantia Financeira	Individual e Consolidado			
	30/06/2024		31/12/2023	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	281.874	194	317.256	1.101
Outras Fianças Bancárias	181.027	12.366	63.270	8.678
Total	462.901	12.560	380.526	9.779

22. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em distribuir lucros e resultados aos colaboradores, levando em consideração: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Desempenho individual acompanhado através de metas; e (c) Avaliação de competências baseadas nos valores do Banco. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

23. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução

O Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

- Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;
- Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;
- Comitê de Portfolio, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);
- Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);
- Comitê de Risco Operacional, Controles Internos, GCN e SI, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (operacional, continuidade de negócio, segurança cibernética);
- CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;
- Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;
- Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;
- Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária; e
- Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites.

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam láticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Pine.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela Instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;
- Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice 'Over 90', que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

f) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;
- Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez Target

A liquidez target tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em+A121 visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

g) Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;
- Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital e Limites Operacionais) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) Bacen, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk – VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MtM), pelo apreamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 30 de junho de 2024:

Fator de Risco		Análise de Sensibilidade		
		30/06/2024		
		Cenários		
Exposição		Provável ⁽ⁱ⁾	Possível ⁽ⁱⁱ⁾	Remoto ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(260.915)	(326.144)	(489.215)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	154.065	192.581	288.872
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	(512)	(640)	(959)
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	7.291	9.113	13.670
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	(97)	(121)	(182)
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	(5.456)	(6.820)	(10.230)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	8.999	11.249	16.873
Total (soma não correlacionada)*		(96.625)	(120.782)	(181.173)
Total (soma correlacionada)**		(103.819)	(129.774)	(194.661)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários			
Cenário I - Provável			
Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 30 de junho de 2024 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA ($\lambda=94$).			
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	11,19%	0,01%	11,20%
Índice de Preços (IPCA)	4,68%	0,01%	4,69%
Taxa Referencial (TR)	0,85%	0,01%	0,86%
Taxa de Cupom de Dólar	6,62%	0,01%	6,63%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	6,56%	0,01%	6,57%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	5,84%	0,01%	5,85%
Cesta de Moedas	5,35	0,00%	5,01

Cenário II - Possível Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	11,19%	25%	13,99%
Índice de Preços (IPCA)	4,68%	25%	5,85%
Taxa Referencial (TR)	0,85%	25%	1,06%
Taxa de Cupom de Dólar	6,62%	25%	8,28%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	6,56%	25%	8,20%
Taxas <i>OffShore</i> (Libor + outras <i>Offshore</i>)	5,84%	25%	7,30%
Cesta de Moedas	5,35	25%	6,69

Cenário III - Remoto Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	11,19%	50%	16,79%
Índice de Preços (IPCA)	4,68%	50%	7,02%
Taxa Referencial (TR)	0,85%	50%	1,27%
Taxa de Cupom de Dólar	6,62%	50%	9,94%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	6,56%	50%	9,84%
Taxas <i>OffShore</i> (Libor + outras <i>Offshore</i>)	5,84%	50%	8,76%
Cesta de Moedas	5,35	50%	8,03

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental e Climática (PRSAC)

A PRSAC tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental e climático por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação a este tema. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental e climática nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de negócio, como também para um desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas por nossas atividades. Assim sendo, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSAC estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance e PLD encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Além disso, neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firmam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo mindset digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados de 2018).

h) Índice de Basileia

O índice de Basileia em 30 de junho de 2024, foi de 13,59% (12,41% em 31 de dezembro de 2023), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, o requerimento mínimo de capital é de 10,50%, considerando fator F (8%) e 2,5% da parcela ACPConservação.

i) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Resolução BCB nº 54/20, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

24. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS

O Pine possui operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 30 de junho de 2024, os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no período estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado		
	30/06/2024		
	Moeda	Longo Prazo	Resultado
Operações ativas vinculadas			
Operações de crédito	R\$	27.555	1.693
Obrigações por operações ativas vinculadas			
Depósitos a prazo	R\$	28.166	1.399

Em 30 de junho de 2024, não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes estabelecidos, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 30 de junho de 2024, é demonstrada conforme abaixo:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
<i>Directors and Officers Liability</i> (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	73.000
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	18.634
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro de vida	Seguro de vida - funcionários	500

b) Leasing operacional

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. Em 30 de junho de 2024, o custo dos contratos de arrendamento foram reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica 'Despesas administrativas - arrendamento de bens', no montante de R\$269 (30 de junho de 2023 - R\$302).

c) Valor justo de instrumentos financeiros

A seguir é apresentada uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seus respectivos valores justos no final do período.

	30/06/2024		31/12/2023	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Aplicações Interfinanceiras de liquidez ⁽ⁱ⁾	1.100.497	1.100.497	580.232	580.232
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	12.083.043	11.704.261	10.463.219	10.179.835
Operações de crédito ⁽ⁱⁱⁱ⁾	8.515.961	8.513.472	4.163.889	6.483.721
Outros créditos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	618.119	880.996	801.445	948.285
Total de ativos financeiros	22.317.620	22.199.226	16.008.785	18.192.073
Passivos				
Depósitos à vista ^(iv)	79.493	79.493	90.167	90.167
Depósitos interfinanceiros ^(iv)	888.948	888.948	658.792	658.792
Depósitos a prazo ^(iv)	12.407.109	12.896.945	8.829.619	8.931.343
Captação no mercado aberto ⁽ⁱⁱ⁾	4.352.228	4.352.228	4.046.998	4.046.998
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(iv)	2.220.908	2.242.742	3.088.567	3.096.406
Obrigação por empréstimos e repasses ^(v)	347.701	347.701	-	-
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	2.168.108	2.168.108	2.199.505	2.199.505
Dívida subordinada ^(iv)	517.052	514.214	340.049	348.173
Total de passivos financeiros	22.981.547	23.490.379	19.253.697	19.371.384

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- i) O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- ii) O valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil.
- iii) Operações de crédito e outros créditos são mensurados líquidos da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.
- iv) O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- v) O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

d) Acordos para compensação e liquidação de obrigações

Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

e) Covenants

Em 31 de dezembro de 2023 e 30 de junho de 2024, o Pine não possuía empréstimos com covenants atrelados. Em 13 de dezembro de 2023, os empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses', que possuíam cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) atreladas a condições de performance foram liquidados.

f) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2024, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

g) Resultado recorrente e não recorrente

Em 30 de junho de 2024 e 2023, não houve resultados não recorrentes, de acordo com a política elaborada pelo Pine e conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20.

26. OUTROS ASSUNTOS

a) Impactos dos eventos climáticos ocorridos no estado do Rio Grande do Sul (RS)

Atendendo ao disposto no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/Nº 01/24 de 20 de junho de 2024, em decorrência dos eventos climáticos que atingiram o estado do Rio Grande do Sul em abril de 2024, o Banco Pine colocou em prática medidas de monitoramento contingenciais acerca de eventuais riscos e impactos do evento. Até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital social

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$222, mediante emissão de 110.772 novas ações nominativas, sendo 36.924 ordinárias e 73.848 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 03 de junho de 2024 a 28 de junho de 2024 ("Sexto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de julho de 2024.

b) Aumento de capital social na P3 Desenvolvimento Imobiliário

Em Alteração Contratual datada de 30 de julho de 2024, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R\$6.300, mediante emissão de 9.130.435 novas cotas.

c) Emissão de Debênture Financeira

Em 29 de julho de 2024, o Banco Pine realizou a emissão de uma Debênture Financeira, no montante de R\$502 milhões, com lastro em CCBs e CCCBs e com garantia de Cessão Fiduciária de Saque-Aniversário do FGTS, no qual o Banco Pine atua como cedente e possui retenção substancial de riscos e benefícios pela cota subordinada de 20% da Debênture.

d) Emissão de Letra Financeira Perpétua

Em 26 de julho de 2024, o Banco Pine realizou a emissão privada de Letra Financeira Perpétua, no montante de R\$50 milhões.

A DIRETORIA

CONTADOR
Breno Costa Amaral - CRC MG 074923/O-9



CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830
4º andar | São Paulo – Brasil